



**PRESTAÇÃO DE CONTAS
ANO I**

PALAVRA DA PRESIDENTE

O processo de modernização dos fiscos estaduais é uma imposição da sociedade brasileira. Enfrentar as carências variadas e profundas de vinte e sete unidades da federação nacional, sem criar ou aprofundar desigualdades e injustiças sociais e fiscais é um desafio de gestão monumental.

A estrutura existente já é mobilizada para dar respostas às demandas de um Estado que precisa promover o desenvolvimento, sem perda de tempo, mesmo que reconheça a existência de disfunções, quase inevitáveis num país da dimensão e da diversidade do Brasil.

Não há dúvida de que a integração dos fiscos, a ser buscada num processo de permanente modernização da gestão fiscal, aponta para uma participação mais ativa e mais articulada das fazendas estaduais na construção do futuro.

Este é o contexto que impõe e justifica o nascimento de mais uma instituição. A COGEF foi criada para contribuir na resposta direta a este desafio urgente.

No momento em que se oferece ao país a oportunidade de um financiamento direto e específico às 27 unidades regionais, em que a União não terá papel centralizador e cada unidade estadual se articulará diretamente com o financiador, é imprescindível a ação de uma instituição que possa, de maneira ágil, tratar, numa visão ampla e integradora, o desafio da modernização, conciliando os aspectos tecnológico, tributário, financeiro, administrativo e de desenvolvimento pessoal.

Nos seus primeiros passos, a COGEF teve apoio e parceiros excepcionalmente importantes. Em primeiro lugar, até porque o financiamento está na própria gênese da COGEF, cabe reconhecer o diálogo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. O BID, através de sua Coordenação Nacional do PROFISCO, colaborou e continua colaborando decisivamente desde a discussão aberta e franca com os representantes das fazendas estaduais que resultou na concepção da COGEF.

A Secretaria da Receita Federal iniciou com a COGEF uma parceria que aponta, num futuro não muito distante, para uma ação articulada com as unidades arrecadoras estaduais, base indiscutível de mútuo interesse e fortalecimento.

A articulação da COGEF com acreditadas instituições internacionais, o Eurosocial, o CIAT e a OCDE, amplia e enriquece substantivamente o olhar das questões que se colocam para a modernização dos fiscos estaduais brasileiros. A abertura com que essas admiradas entidades receberam a COGEF assegura cooperação técnica de qualidade.

O ordenamento institucional em que se insere a COGEF submete qualquer nova entidade a um duro teste já nos seus primeiros instantes. Alguma incompreensão sobre seus objetivos de atuar no espaço não ocupado por outras organizações foi superado com a união e a dedicação dos talentos dos servidores realmente comprometidos com a causa maior do interesse coletivo. A COGEF foi compreendida, bem recebida e apoiada pelas entidades irmãs, o GEFIN e o GDFAZ, de objetivos formais diferentes, mas de interesses comuns e complementares.

Cabem dois registros pessoais e especiais. O primeiro é um agradecimento a Lina Vieira, que, de forma muito profissional, buscou prestigiar a jovem COGEF em todos os momentos. O segundo é o crédito a Fátima Cartaxo que, sempre presente, apontou caminhos e abriu várias e importantes portas para o futuro.

O primeiro ano de existência da COGEF foi muito além de sua criação. Este documento mostra que relevantes objetivos foram alcançados pela ação da gestão que tive a honra de presidir. Sem falar das inúmeras sementes plantadas, os resultados efetivamente obtidos são expressivos em números e significativos em sua dimensão.

Mas, para além de todos os aspectos quantitativos e qualitativos no trabalho desse grupo, quero destacar que a COGEF definiu-se com um estilo. A COGEF é uma instituição impessoal, ágil e eficaz.

A COGEF nasceu assim. E continua assim.

Sandra Maria Olimpio Machado
Presidente em 2009.

Presidente

Sandra Maria Olimpio Machado – CE

- Coordenadora Geral do PROFISCO e PMAE na SEFAZ-Ce;
- Auditora Fiscal do Tesouro Estadual no Ceará;
- Doutoranda em Desenvolvimento Regional – Universidade de Barcelona;
- Diploma de Estudos Avançados (DEA) em Desenvolvimento Regional – Universidade de Barcelona;
- Mestre em Administração – Universidade de Fortaleza;
- Especialista em Contabilidade e Controle – Universidade de Fortaleza;
- Graduada em Administração – Universidade de Fortaleza;
- Graduada em Ciências Contábeis – Universidade Federal do Ceará.

Coordenadora da Linha de Ação: Modernização, Monitoramento e Avaliação

Vera Beatriz da Silva Oliveira – SC

- Subcoordenadora Geral do PROFISCO SC;
- Auditora Fiscal da Receita Estadual de Santa Catarina;
- Especialista em Contabilidade Avançada - ESAF;
- Especialista em Direito Tributário - IBPEX - Fundação Boiteaux - Universidade Federal de Santa Catarina;
- Especialista em Gestão Fazendária - Fundação Boiteaux - Universidade Federal de Santa Catarina;
- Especialista em Inteligência de Estado e Inteligência de Segurança Pública - Fundação Escola Superior do Ministério Público Minas Gerais;
- Graduada em Ciências Econômicas - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Coordenadora da Linha de Ação: Cooperação e Gestão do Conhecimento

Myrthes Frota Pinheiro – MA

- Coordenadora Geral do PROFISCO/SEFAZ-MA
- Auditora Fiscal do Tesouro Estadual do Maranhão
- Diplome d'études Françaises – Economia e Demografia, História das Idéias e Instituições Políticas – Université de Nancy
- Especialização em Planejamento do Desenvolvimento – UFPa/NAEA/UFMa
- Graduação em Ciências Econômicas – Universidade Federal do Maranhão

Coordenador da Linha de Ação: Aquisições e Compartilhamento de Soluções

Jó Bezerra Sales – PA

- Coordenador Geral do PROFISCO e PMAE na SEFA-Pa;
- Diretor de Assuntos Fazendários Estratégicos da SEFA;
- Economista Técnico em Gestão de Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação da Secretaria de Desenvolvimento Ciência e Tecnologia do Estado do Pará;
- Mestrando em Gestão Pública UTAD (Universidade de Trás-os-Montes Auto Douro Portugal);
Especialista em Direito Tributário - IBETI - Instituto Brasileiro de Estudos Tributários;
- Especialista em Gestão Pública - UFPa/FGV/USP
Graduado em Economia Universidade Federal do Pará

ÍNDICE

Palavra da Presidente

Gestão 2009

Balanço 2009

I – Ações

II – Atividades por Coordenação

III – Encontros COGEF

IV – Situação Atual dos Financiamentos

V – Promoção de participação dos Estados em eventos

VI – Eventos Organizados

VII – Ponte para o Futuro

ANEXOS

I - Ato de Criação da COGEF (Relatório 182º Reunião do CONFAZ – Dez/2007)

II - Regimento Interno da COGEF (Protocolo ICMS 86/2008)

III - Ajuda Memória da 1ª Reunião da COGEF (Instalação)

IV - Ajuda Memória da 2ª Reunião da COGEF – Dez/2008

V - Ajuda Memória da 3ª Reunião da COGEF – Mar/2009

VI - Ajuda Memória da 4ª Reunião da COGEF – Jun/2009

VII - Ajuda Memória da 5ª Reunião da COGEF – Set/2009

VIII- Plano de Ação da COGEF para 2009

IX - Planejamento e Mapa Estratégico da COGEF

X - Roteiro para Cadastramento na Rede COGEF

XI - Representantes COGEF e participantes dos Estados nas reuniões da COGEF

APÊNDICE

Registros e Publicidade

SIGLAS E ABREVIATURAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CIAT – Centro Interamericano de Administraciones Tributárias
COCIF – Coordenação Geral de Cooperação Fiscal e Integração
COGEF – Comissão de Gestão Fazendária
CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária
GDFAZ – Grupo de Desenvolvimento do Servidor Fazendário
GEFIN – Grupo de Gestores das Finanças Estaduais
EHP – Escola de Hacienda Pública
ESAF – Escola Superior de Administração Fazendária
GpR – Gestão para Resultados
IEF – Instituto de Estudos Fiscales – Espanha
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PNAFE – Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros
PRODEV – Plano de Ação de Médio Prazo para a Efetividade no Desenvolvimento
PROFISCO – Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil
RFB – Receita Federal do Brasil
SE/MF – Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda
SEFAZ – Secretaria da Fazenda

BALANÇO 2009

Todos os resultados alcançados são frutos do trabalho de uma equipe de profissionais dedicados à causa coletiva. O primeiro ano de qualquer nova entidade costuma sugerir concentração de esforços na sua legitimação e consolidação institucional. A gestão da COGEF obteve rapidamente sua aceitação e ocupou os espaços a ela destinados. E avançou na direção de importantes conquistas e na sementeira de novas possibilidades. Esta prestação de contas vai permitir a todos os parceiros avaliar quão profícua pode ser a ação de uma entidade como a COGEF, mesmo em período inicial tão breve:

I - AÇÕES

1. Criação da Comunidade Virtual de Aprendizagem e Troca de Experiências – REDE COGEF
É fundamental registrar o apoio da SE/MF através do Ruben Bauer, na implantação e monitoramento da Rede COGEF, que é um instrumento capaz de gerar comunicação ágil e eficaz entre os membros da COGEF e parceiros interessados em compartilhar com o nosso trabalho.

A rede dispõe dos seguintes conteúdos entre outros documentos disponíveis:

- CIAT – 20 documentos
- Documentação BID-PROFISCO - 220 documentos disponíveis:
 - Linha de crédito CCLIP – PROFISCO – 53 documentos
 - Preparação e aprovação dos projetos – 133 documentos
 - Contratação da operação de crédito – 20 documentos
 - Execução do programa: 14 documentos relativos à execução do PROFISCO – Ce, entre eles Termos de Referência e Manifestação de Interesse.
- EUROSOCIAL – 3 documentos
- Reuniões COGEF – 176 documentos

2. Diagnóstico da capacidade de gestão por resultados dos Fiscos Estaduais. Foram aplicados questionários a todas as 27 unidades da Federação para identificar o estágio atual de cada uma em relação à gestão para resultados, que servirão como Marco Zero para avaliação do PROFISCO. A articulação da COGEF assegurou 100% de resposta dos questionários. Ver com Luciana o resultado e falar sobre o trabalho. O relatório Geral do Diagnóstico está em fase de finalização, sob a responsabilidade do BID,,, no âmbito do PRODEV.

3. Cooperação Técnica para Gestão por Resultados – PRODEV/BID – Recurso não reembolsável no valor de US\$ 1.000.000,00 (hum milhão de dólares) para apoiar as ações da COGEF nos seguintes componentes:

- Gestão de Programas e Projetos no Âmbito Estadual
- Monitoramento e Avaliação dos Resultados do PROFISCO
- Internalização e institucionalização da GpR no âmbito das administrações estaduais
- Rede de Monitoramento e Avaliação dos Estados Brasileiros

4. Protocolo de Intenções com a ESAF – os Estados firmaram Protocolo padrão para capacitação, ancorado nos financiamentos do PROFISCO.
5. Negociação com a Receita Federal do Brasil dos termos para a criação da COCIF/RFB de maneira que ficassem sintonizados e permitissem uma ação harmônica de integração com os Estados e Municípios brasileiros.
6. Assistência técnica aos Estados para elaboração de Cartas-Consulta para financiamento do BID.
7. Criação da Homenagem Anual COGEF, concedida a uma personalidade eleita pelos participantes dos Estados na COGEF, que tenham prestado relevantes serviços aos Estados através da Comissão.

Homenageados:

- Maria de Fátima Pessoa de Melo Cartaxo – 2008;
- Mauro Sérgio Boguea Soares – 2009.

II – ATIVIDADES POR COORDENAÇÃO.

Linha de Ação 1: Modernização, Monitoramento e Avaliação

As ações desta Linha estão todas vinculadas à contratação de consultoria que acontecerá imediatamente após a assinatura do PRODEV.

Linha de Ação 2: Cooperação e Gestão do Conhecimento

1. Celebração de Convênio Nacional de Cooperação e Integração com a Receita Federal do Brasil – Foram celebrados ou ratificados convênios com as 27 unidades da federação para compartilhamento de experiências e troca de informações. Foram feitas reuniões sistemáticas com a RFB e SECEX para solicitar informações relevantes ao conjunto dos Estados.
2. Celebração de Convênio com a ESAF para implementação de atividades de cooperação e capacitação – Foram celebrados convênios com as unidades da federação, considerando as condições de excepcionalização para contratação da ESAF com recursos de financiamento do BID. Um plano estruturante de capacitação será entregue em dez/2009 à ESAF, contemplando as necessidades de capacitação padronizadas dos Estados para atendimento conjunto por parte da ESAF. As demandas foram consideradas a partir daquelas que serão financiadas com recursos do BID.
3. Celebração de Convênios entre os estados para compartilhamento de soluções e capacitação no âmbito dos Programas de Modernização – ação iniciada com programas efetivos de 3 estados (CE-BA-SP), ainda não formalizados. Os demais estão sendo beneficiados através das informações e documentos disponíveis na Rede COGEF.
4. Celebração de Convênios com Organismos Internacionais para cooperação e capacitação – a parceria está estabelecida com o Eurosocial, CIAT e OCDE para ações de capacitação, *benchmarking* e troca de experiências, ainda não formalizados através de convênios.

Linha de Ação 3: Aquisições e Compartilhamento de Soluções

I - Tecnologia da Informação

1. Aquisição do sistema de gestão do projeto

Três sistemas (GESPRO-PA, CELEPAR-PR e GEP-BA) foram analisados pelo grupo, conforme Ajuda memória de 06/02/2009 e apresentados na reunião de 23 a 26/03/2009.

2. Sistema de Gestão Financeira

O BID está patrocinando a criação de um módulo de gestão e projeto, integrado ao SIAFEM/SIAFI (SP), que poderá ser disponibilizado para os Estados que se interessarem.

II – Compartilhamento de soluções técnicas

1. Formatação de critérios e áreas tema: deverá ser centralizada e coordenada por um administrador da rede.

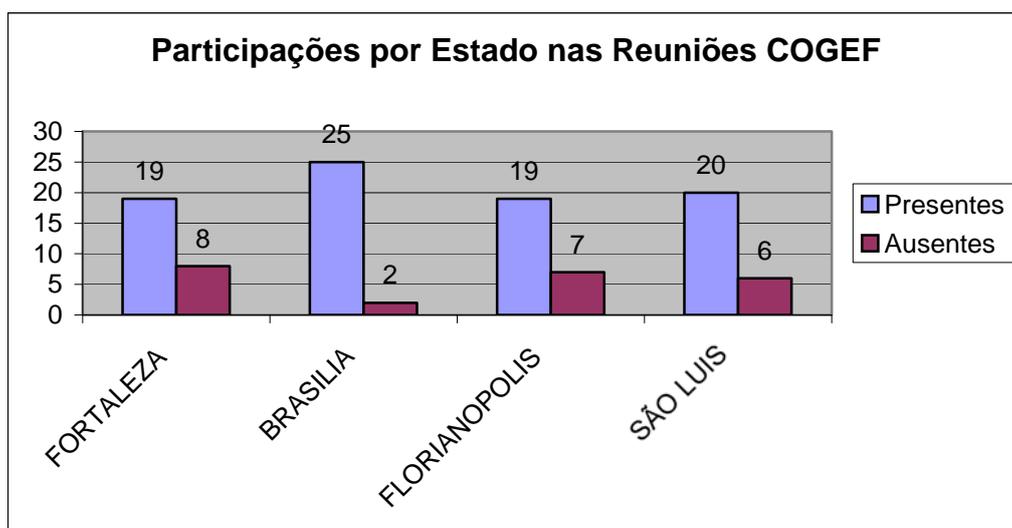
2. Identificação de itens comuns e fomentar a cooperação: idem

3. Aquisições e contratações conjuntas: identificação de produtos estruturantes a ser feita por um pequeno grupo.

4 e 5. Definição de parâmetros de avaliação de produtos e modelos de seleção de cases: Depende de contratação de consultoria independente (PRODEV).

A ESAF, através do Sr. João Dias, disponibilizou o sistema de Compartilhamento de Soluções Técnicas – CST que foi utilizado pelo PNAFE para registro das melhores práticas que possam ser compartilhadas pelos Estados. O sistema será avaliado por consultoria a ser contratada para otimização e adequação.

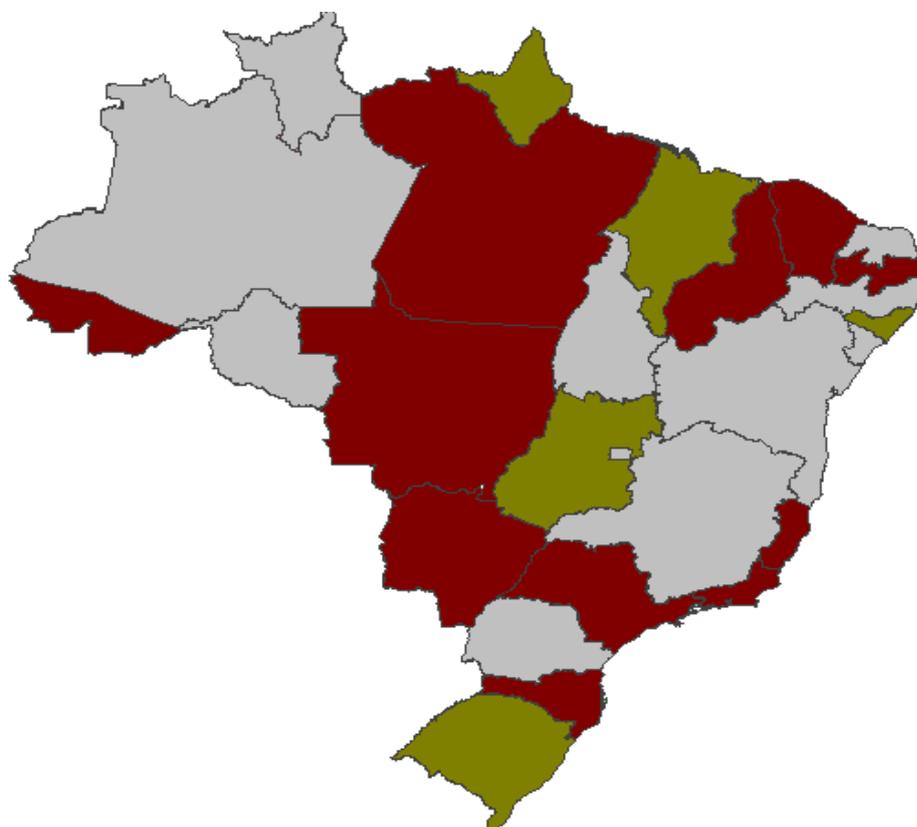
III - ENCONTROS COGEF



* A partir da reunião de Florianópolis o Estado do Paraná deixa a Comissão.

IV – SITUAÇÃO ATUAL DOS FINANCIAMENTOS*

Aprovações e Contratações – PMAE/BNDES



-  Operações Aprovadas – R\$ 53 milhões
-  Operações Contratadas – R\$ 131,7 milhões



SITUAÇÃO DA LINHA DE CRÉDITO CCLIP-PROFISCO E CORRELATOS

No	PROGRAMA/UF	Nº Projeto	Nº Empréstimo	Próximo Evento (Em 30 Out 2009)
01	PROFISCO/CE	BR-L1174	2044/OC-BR	Em Execução. Visita técnica de Supervisão.
02	PROFISCO/PA	BR-L1093	2078/OC-BR	Elegibilidade / Missão de Arranque
03	PROFISCO/RN	BR-L1207	2148/OC-BR	Contratação e Missão de Arranque
04	PROFISCO/PE	BR-L1165	2151/OC-BR	Contratação e Missão de Arranque
05	PROFISCO/SC	BR-L1206		Aprovação do Senado Federal
06	PROFISCO/PB	BR-L1208		Aprovação Diretoria BID e Senado Federal
07	PROFISCO/ES	BR-L1205		Aprovação Diretoria BID e Senado Federal
08	PROFISCO/MG	BR-L1236		Aprovação Diretoria BID e Senado Federal
09	PROFISCO/MA	BR-L1202		Missão de Negociação e Diretoria BID
10	PROFISCO/PI	BR-L1238		Tramitando POD e documentação na STN - Neg. 2009, Missão de Negociação e Diretoria BID
11	PROFISCO/AL	BR-L1230		Tramitar POD e documentação na STN - PROBLEMAS PARA CONTRATAR , Missão de Negociação e Diretoria BID
12	PROFISCO/AP	BR-L1242		Tramitando POD e documentação na STN - Neg. 2009, Missão de Negociação e Diretoria BID
13	PROFISCO/GO	BR-L1233		Tramitando POD e documentação na STN - Neg. 2009, Missão de Negociação e Diretoria BID
14	PROFISCO/MT	BR-L1234		Tramitando POD e documentação na STN - Neg. 2009, Missão de Negociação e Diretoria BID
15	PROFISCO/MS	BR-L1235		Tramitando POD e documentação na STN - Neg. 2009, Missão de Negociação e Diretoria BID
16	PROFISCO/RJ	BR-L1239		Tramitando POD e documentação na STN - Neg. 2009, Missão de Negociação e Diretoria BID
17	PROFISCO/RO	BR-L1240		Tramitando POD e documentação na STN - Neg. 2009, Missão de Negociação e Diretoria BID
18	PROFISCO/RS	BR-L1251		Visita técnica de Pré-análise (Recomendação favorável da COFIEX de Outubro/2009 para elevação do financiamento para US\$60 milhões) e Missão de Análise.
19	PROFISCO/SE	BR-L1254		Visita técnica de Pré-análise e Missão de Análise
20	PROFISCO/SP	BR-L1268		Visita técnica de Pré-análise e Missão de Análise
21	PROFISCO/RR	BR-L1253		Visita técnica de Pré-identificação, Missão Identificação e Orientação
22	PROFISCO/TO	BR-L1255		Aprovação Carta-Consulta pela COFIEX (GTEC em 24Set2009). Não incluído na Pauta da COFIEX DE Outubro/2009
23	PROFISCO/DF	BR-L1250		Aprovação Carta-Consulta pela COFIEX (GTEC em 15Out2009)
24	PROFISCO/AC	BR-LXXXX		Encaminhamento Carta-Consulta para a COFIEX (CC revisada pelos consultores - vf20jul2009).
25	PROFISCO/AM	BR-LXXXX		Visita técnica apoio a elaboração da Carta-Consulta (agendada para Nov/2009, aguardando confirmação)
26	PROFISCO/BA			Elaboração CC
27	PROFISCO/PR	BR-L1237		Suspensão
No	OUTROS/UF	Nº		Estágio
01	PROFFIS/SP	BR-0372	1543/OC-BR	Em Execução. Visita técnica de supervisão
02	PROMOSEFAZII/BA	BR-L1026	1727/OC-BR	Em Execução. Visita técnica de supervisão
05	CT/PROFISCO/COGEF	BR-T1145		Tramitando o PP e o PO

* Atualizada até 30.10.2009

V – PROMOÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS EM EVENTOS

- Através de parceria com a ESAF/IEF
 - Mestrado Internacional em Fazenda Pública e Administração Financeira – 2 vagas
 - Mestrado Internacional sobre Administração Tributária e Fazenda Pública – VII Edição – Instituto de Estudos Fiscais da Espanha - 2 vagas
 - I Curso sobre Contabilidade e Controle do Gasto Público – Madri - Espanha 13 a 30/10/2009 - 1 vaga
- Através de parceria com a ESAF/CIAT/GDFAZ
 - Programa de Desenvolvimento de Dirigentes Fazendários – PDFAZ – 2 vagas por Estado – Curso à Distância através da plataforma Moodle da ESAF
- Através de parceria com o Eurosocial
 - Seminário sobre estratégias para melhorar a revisão nas vias administrativas dos atos ditados pela Administração Tributária - Montevideo – 29/6 a 2/7/2009 – 2 vagas
 - IV Encontro Internacional da Rede EUROsocial – Salvador - 23 a 25/6/2009
 - Seminário de Planejamento Estratégico – Montevideo – 31/8 a 4/9/2009 – 2 vagas
 - Seminário Orçamento Participativo e Controle Social – Fortaleza – Ce – 14 a 16/9/2009 – 5 vagas
 - Educação Fiscal – Montevideo - 9 a 12/11/2009 – 1 vaga
- Através de parceria com o BID
 - Curso Nacional sobre Gestão por Resultados para a Efetividade do Desenvolvimento para os Estados Brasileiros – Brasília - DF 23 a 27/3/2009 – Participação de todos os Estados
 - Cursos de Capacitação em aquisições e contratações para PROFISCO – eventos promovidos pelo BID em parceria com os Estados.
- CONFAZ – para prestação de contas das atividades da COGEF
 - 132º CONFAZ em Foz do Iguaçu – PR – 5/12/2008
 - 133º CONFAZ em Teresina – PI – 3/4/2009
 - 134º CONFAZ em Manaus – AM – 3/7/2009
 - 135º CONFAZ em São Luis – MA – 25/9/2009
- Outras participações
 - Encontro do Comitê Diretivo do Eurosocial Fiscalidade – Madrid - 3 a 5/11/2008
 - III Encontro de Responsáveis Institucionais – Eurosocial – Berlim -2 a 4/3/2009
 - XIX Reunião do GEFIN em Foz do Iguaçu – PR – 4/12/2008
 - XX Reunião do GEFIN em Teresina – PI – 2/4/2009
 - 37º. Reunião do GDFAZ em Palmas – TO – 14/4/2009

VI - EVENTOS ORGANIZADOS

- I Seminário de Integração dos Fiscos – Realizado em parceria com a Receita Federal do Brasil em Fortaleza-Ce nos dias 8 e 9/12/2008.
- Seminário de Orçamento Participativo e Controle Social – Realizado em parceria com a Receita Federal do Brasil e Eurosocial, em Fortaleza-Ce nos dias 14 a 16/09/2009.

VII - PONTE PARA O FUTURO

O filósofo austríaco Karl Popper dizia que “não é o passado que nos condiciona, mas o futuro que nos aspira”. A frase parece agora aplicar-se à COGEF. A relação com o BID e seu decisivo apoio abriram importantes perspectivas para a COGEF no âmbito de destacadas instituições:

1. Programa Estruturante de Capacitação para os Estados, a ser disponibilizado para a ESAF até dez/2009;
2. Adequação do sistema CST (Compartilhamento de Soluções Técnicas) que está hospedado na ESAF às necessidades da COGEF;
3. Feira do Conhecimento Fazendário. Parceria entre SE/MF, ESAF, GDFAZ e COGEF para definição do formato da Feira, com realização prevista para 2011;
4. Admissão da COGEF na Rede OCDE para governos subnacionais;
5. Extensão da próxima Conferência Técnica Anual do CIAT em outubro/2010 em Paris com 1 dia específico na sede da OCDE para governos subnacionais;
6. Solicitação de abertura para uma linha especial para governos subnacionais, com apoio da RFB, no 2º. ciclo do Eurosocial Fiscalidade 2010-2013;
7. Mestrado Internacional aberto aos Estados a ser debatido entre Eurosocial, IEF, ESAF, GDFAZ e COGEF;
8. Cursos de curta duração abertos aos Estados a serem debatidos entre IEF, EHP, ESAF, GDFAZ e COGEF;
9. Abertura dos Grupos de Trabalhos do CIAT à participação dos Estados;
10. Integração da COGEF à Rede de Monitoramento e Avaliação da América Latina e do Caribe - PRODEV.
11. Encontro Anual do PROFISCO a ser promovido pelo BID em Washington, em junho/2010.

ANEXOS

Anexo I



ATA DA 128ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA – CONFAZ

REALIZADA NO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2007

1. LOCAL E HORÁRIO – Fortaleza (CE) – Hotel Gran Marquise, com início às 9:45 horas

2. ABERTURA DOS TRABALHOS E QUORUM. Verificada a existência de *quorum*, a reunião foi aberta e presidida pelo Dr. Nélon Machado, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, que representou o Senhor Ministro da Fazenda, com base na delegação de competência que lhe foi conferida pela Portaria nº 249, de 9 de outubro de 2007, do Ministro de Estado da Fazenda. Presentes os membros do Conselho e as demais autoridades ao final nomeadas. O Secretário de Fazenda do Estado do Ceará, Coordenador dos Secretários de Fazenda no CONFAZ, saudou os presentes, deu as boas vindas a todos e, desejando sucesso no desenvolvimento dos trabalhos, registrou a necessidade da busca de medidas para minimizar os efeitos da não prorrogação da CPMF. Em seguida, o Presidente saudou os presentes; agradeceu a fidalguia da recepção do Estado do Ceará ao CONFAZ; e destacou que o projeto da Reforma Tributária terá que ser repensado, tendo em vista a necessidade de readequação em função da não aprovação da prorrogação da CPMF. Dando prosseguimento, o Vice-Governador do Estado, Prof. Francisco Pinheiro, saudou os presentes e, também se referindo à CPMF, consignou que o maior prejudicado com a não prorrogação será o povo brasileiro, enfatizando a necessidade da manutenção das metas com relação à saúde pública e à educação, bem como as relativas aos programas sociais. Registrou também que o Estado do Ceará vem priorizando os três aspectos citados e que, nos níveis municipal, estadual e federal, deve ser observada estritamente a premissa de aplicação eficaz do dinheiro público. Finalizando, o Vice-Governador desejou sucesso no andamento dos trabalhos e retirou-se em razão de compromissos assumidos anteriormente.

3. DELIBERAÇÕES E REGISTROS PRELIMINARES:

3.1 – O Presidente confirmou que a próxima reunião ordinária do CONFAZ será realizada no dia 4 de abril de 2008, na cidade do Rio de Janeiro.

3.2 – Nota Fiscal Eletrônica. O Sr. Eudaldo Almeida de Jesus, da SEFAZ/BA, fez breve explanação sobre a implantação da Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, informando que o projeto vem atingindo as metas estabelecidas para o seu desenvolvimento e que, até o momento, já foram autorizados quase dois milhões e meio desses documentos, totalizando cifras no valor de R\$ 20.000.000.000,00 (vinte bilhões de reais). Aduziu que, a partir de abril de 2008, a utilização da NF-e será obrigatória para os setores de combustíveis e de cigarros, devendo a exigência ser ampliada para os demais setores a partir de setembro de 2008. Acrescentou que já estão disponíveis para as unidades federadas os *kits* para a utilização do sistema, a serem fornecidos pela União com base em convênios de comodato. Na oportunidade e simbolizando o fornecimento para todas as unidades, o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda firmou com o Estado do Ceará, representado no ato pelo seu Secretário de Fazenda, o primeiro desses convênios. Foi informado ainda que a Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB desenvolveu um ambiente denominado “SEFAZ Virtual”, destinado a autorizações de

NF-e, que pode ser utilizado pelas unidades federadas que não disponham de programa próprio, tendo sido inclusive já utilizado pelo Estado do Piauí. Programa similar e também disponível para as demais Unidades da Federação foi desenvolvido pelo Estado do Rio Grande do Sul.

4. LEITURA E APROVAÇÃO DE ATA. Por terem sido distribuídas com a antecedência regimental em relação à data da reunião, o plenário dispensou a leitura e aprovou, por unanimidade, as atas da 127ª reunião ordinária, realizada no dia 28 de setembro de 2007; e das 112ª, 113ª e 114ª reuniões extraordinárias, realizadas nos dias 25 e 23 de outubro de 2007 e 27 de novembro de 2007, respectivamente.

5 . REGIME DE URGÊNCIA. Apresentadas as justificativas do pedido de regime de urgência pelas unidades federadas interessadas, foram submetidas ao plenário e aprovadas para inclusão em pauta extra as propostas de convênio de número 272/07 a 277/07 e a proposta de ajuste SINIEF 18/07, cuja apreciação e deliberação do mérito constam na parte final dos itens 6.1 e 6.2 desta ata.

6. DISCUSSÃO DOS TRABALHOS. Foram discutidas e deliberadas as matérias constantes na ordem do dia, na forma a seguir descrita:

6.1. PROPOSTAS

6.1.1 PROPOSTAS DE CONVÊNIOS

Nº	EMENTA E COMENTÁRIOS	DECISÃO
	Suprimidas as propostas e convênios da Ata original.	

6.1.2 OUTRAS PROPOSTAS NO CONFAZ

6.1.2.1 CONSOLIDAÇÃO BENEFÍCIOS FISCAIS

Nº	EMENTA E COMENTÁRIOS	DECISÃO
	Suprimidas da Ata original	

6.1.2.2 BENEFÍCIOS FISCAIS PARA MICROEMPRESAS

Nº	EMENTA E COMENTÁRIOS	DECISÃO
	Suprimidas da Ata original	

6.2 PROPOSTAS DE AJUSTE SINIEF

Nº	EMENTA E COMENTÁRIOS	DECISÃO
	Suprimidas da Ata original	

7. OUTROS ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO DO CONFAZ

Nº	EMENTA E COMENTÁRIOS	DECISÃO
01	Resolução CAF nº 5. A citada Resolução "Institui o Grupo de Trabalho Interfederativo para desenvolver e acompanhar a implementação da Política de Mobilidade Urbana, com a finalidade de apresentar alternativas para o barateamento das tarifas e melhoria da qualidade dos serviços de transporte público urbano". Tendo em vista que, pela referida Resolução, deverá fazer parte o Grupo de Trabalho de que se trata um representante indicado pelo CONFAZ, o Conselho deliberou	APROVADO POR UNANIMIDA DE

	por unanimidade que o CONFAZ será representado pelo Distrito Federal.	
02	Criação da Comissão de Gestão Fazendária – “PROFISCO”. A Comissão de que se trata objetiva coordenar e harmonizar os aspectos técnicos dos Programas de Modernização da Gestão Fiscal dos Estados (PROFISCO – BID (*) e PMAE – BNDES), promovendo e articulando o desenvolvimento de ações de cooperação e integração entre os fiscos, assim como o compartilhamento de soluções e produtos, o intercâmbio de experiências e a gestão do conhecimento. O Estado de Tocantins registrou que o assunto não deve ficar restrito ao BID e ao BNDES, esclarecendo que aquele estado já possui acordos de financiamento com o BIRD. O Presidente esclareceu que o programa pode ser aberto e poderá abranger programas de outras instituições. O Estado de Mato Grosso registrou que tem interesse em participar da Comissão e o Presidente informou que é de todo desejável a participação do maior número possível de unidades federadas. Aduziu que a Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda está inteiramente à disposição dos interessados na matéria, prestando todo o apoio necessário ao funcionamento da Comissão. A criação da Comissão PROFISCO foi aprovada por unanimidade pelo plenário, devendo na primeira reunião da Comissão ser tratada a elaboração do respectivo regimento. Na oportunidade, esclareceu-se aos Estados da Bahia e de São Paulo que os seus novos programas fiscais com o BID, respectivamente PROMOSEFAZ – BA e PROFIS – SP, podem ser incluídos no PROFISCO, mediante manifestação de interesse e adesão formal ao Programa.	APROVADO POR UNANIMIDADE
03	Requerimento do Senador Tasso Jereissati. Para o atendimento à solicitação oriunda do Senado Federal foram apresentadas ao plenário três alternativas, a saber: i) convocação do GT QUANTIFICAÇÃO da COTEPE para definir a formatação das informações solicitadas; envio dessa formatação às unidades federadas, que preencheriam os dados e retornariam as informações para o CONFAZ (SE/CONFAZ), que as enviará ao Senado Federal; ii) convocação do GT QUANTIFICAÇÃO para definir a formatação das informações e a SE/CONFAZ encaminhará essa formatação às unidades que preencherão os dados e os enviarão diretamente ao Senado Federal; iii) a SE/CONFAZ repassará o pedido às unidades federadas, que enviarão os dados ao Senado Federal. Com 23 (vinte e três) votos a favor, o plenário deliberou por adotar a alternativa “i”.	APROVADO POR MAIORIA
8.	ASSUNTOS GERAIS	
Nº	EMENTA E COMENTÁRIOS	DECISÃO
01	O Estado de Mato Grosso, referindo-se especialmente à PC 200/06 e demais relativas a procedimentos com relação aos benefícios fiscais, registrou que a falta de definição do CONFAZ com relação à matéria vem dando margem a que outras esferas, o Poder Judiciário, por exemplo, acabe por vir a deliberar com relação ao assunto. Teceu também considerações sobre o atual contexto do CONFAZ e sobre a denominada “guerra fiscal”. Ao ensejo, o Estado de São Paulo lamentou que, mais uma vez, foi postergada a apreciação da citada PC 200/06, reafirmando sua anterior manifestação de que o CONFAZ discute somente o acessório, descurando do principal, sendo essa a razão do surgimento de deliberações paralelas.	TOMOU CONHECIME NTO
02	O Estado do Maranhão, ao tempo em que agradeceu ao Estado do Ceará a acolhida e parabenizou o estado pela realização do evento, consignou que não pode aceitar que matérias a serem tratadas no	TOMOU CONHECIME NTO

	<p>CONFAZ sejam discutidas e solucionadas em foro paralelo. Manifestou seu posicionamento totalmente contra os radicalismos. Dentro do mesmo tema, o Estado da Bahia, após agradecer e parabenizar o Estado do Ceará pela condução do evento, enfatizou que o CONFAZ não deve ser transformado em um instrumento de barganha. Pediu ao Presidente que atue para que não venha a ocorrer essa distorção. O Estado do Piauí foi bastante enfático no seu posicionamento de que, apesar das divergências existentes, o CONFAZ vem apresentando resultados bastante positivos, mormente no que concerne ao estabelecimento de uma linguagem comum entre os Fiscos e a própria Receita Federal do Brasil, reportando-se à Nota Fiscal Eletrônica e aos diversos outros controles compartilhados que estão em desenvolvimento. Reafirmou com veemência o seu otimismo com relação à revitalização do CONFAZ e à retomada de seu principal objetivo que é a busca do consenso. Diversas outras manifestações nesse mesmo direcionamento foram efetuadas, especialmente pelos Estados de Minas Gerais, Pará e Ceará, destacando este último que o esfacelamento do CONFAZ é prejudicial não só às unidades federadas como ao país como um todo.</p>	
03	<p>O Distrito Federal comunicou que o Secretário Luiz Tacca Júnior agradeceu sensibilizado as manifestações de pronto restabelecimento efetuadas pelo CONFAZ.</p>	<p>TOMOU CONHECIME NTO</p>
04	<p>O Estado de Goiás registrou a necessidade de que o GT QUANTIFICAÇÃO da COTEPE retome o trabalho relativo aos volumes de exportação.</p>	<p>TOMOU CONHECIME NTO</p>
05	<p>O Estado do Ceará agradeceu mais uma a presença de todos, reiterou a satisfação do Estado em ter sediado a reunião do CONFAZ e, desejando um Feliz Natal e um Ano Novo de muitas realizações a todos, recomendou aos que puderem que aproveitem o que o estado tem a oferecer principalmente em termos turísticos.</p>	<p>TOMOU CONHECIME NTO</p>
06	<p>O Presidente registrou a sua satisfação pelo fato de, apesar das divergências, ter-se delineado, especialmente na parte final da reunião, uma busca pelo caminho do acordo, do consenso e do otimismo.</p>	<p>TOMOU CONHECIME NTO</p>
<p>9. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu mais uma vez a acolhida e a presença de todos e, às 13:30 horas, deu por encerrada a 128ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ; e eu, Manuel dos Anjos Marques Teixeira, Secretário Executivo do CONFAZ, lavrei a presente Ata, que vai por mim assinada, pelo Presidente do CONFAZ e pelo Presidente da COTEPE/ICMS, depois de lida e aprovada pelos membros integrantes deste Conselho.</p>		
<p>10. PRESENCAS:</p>		
<p>10.1 – DO CONSELHO: Nélson Machado, Presidente do CONFAZ, em exercício; André Luiz Barreto de Paiva Filho, Presidente da COTEPE/ICMS; Manuel dos Anjos Marques Teixeira, Secretário Executivo do CONFAZ; Lilian Evangelista Araújo Padrão, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional; Mâncio Lima Cordeiro, do Estado do Acre; Maria Fernanda Quintella Brandão Vilela, do Estado de Alagoas; Joel Nogueira Rodrigues, do Estado do Amapá; Ivone Assako Murayama, do Estado do Amazonas; Carlos Martins Marques de Santana, do Estado da Bahia; Carlos Mauro Benevides Filho, do Estado do Ceará; Carlos Henrique de Azevedo Oliveira, do Distrito Federal; Luiz Carlos Menegatti, do Estado do Espírito Santo; Lourdes Augusta de Almeida Nobre Silva, do Estado de Goiás; José de Jesus do Rosário Azzolini, do Estado do Maranhão; Marcel Souza de Cursi, do Estado do Mato Grosso; Miguel Antônio Marcon, do Estado de Mato Grosso do Sul; Simão Cirineu Dias, do Estado de Minas Gerais; José Raimundo Barreto Trindade, do Estado do Pará; Milton Gomes Soares, do Estado da Paraíba; Heron Arzua, do Estado do Paraná; Djalmo de Oliveira Leão, do Estado de Pernambuco; Antônio Rodrigues de Sousa Neto, do</p>		

Estado do Piauí; José Edmundo de Carvalho, do Estado do Rio de Janeiro; João Batista Soares de Lima, do Estado do Rio Grande do Norte; Júlio César Grazziotin, do Estado do Rio Grande do Sul; José Genaro de Andrade, do Estado de Rondônia; Antônio Leocádio Vasconcelos Filho, do Estado de Roraima; Almir José Gorges, do Estado de Santa Catarina; Otávio Fineis Júnior, do Estado de São Paulo; Fernando Monteiro Marcelino, do Estado de Sergipe; e Dorival Roriz Guedes Coelho, do Estado de Tocantins.

10.2 – OUTRAS AUTORIDADES: José Carlos Guimarães, da Secretaria da Receita Federal do Brasil; Joaquim Manoel Mansour Macedo, do Estado do Acre; Mário Sérgio Martins de Castro, do Estado de Alagoas; Cristina Maria Favacho Amoras, do Estado do Amapá; Antônio Exedito Santos de Miranda, Marco Antônio Correia de Araújo, Augusto Monteiro e Eudaldo Almeida de Jesus, do Estado da Bahia; Francisco Sebastião de Souza, José Cunha Cavalcante, Fernando Damasceno e Antônia Torquato Mourão, do Estado do Ceará; César Romeu Lacerda, do Estado do Espírito Santo; Cícero Rodrigues da Silva, do Estado de Goiás; Maria de Nazaré Oliveira, Cláudio José Santos e Djanira Travassos, do Estado do Maranhão; Múcio Ferreira Ribas e Fábio Fernandes Pimenta, do Estado de Mato Grosso; Pedro Meneguetti e José Luiz de Lima, do Estado de Minas Gerais; Nilda Santos Batista, do Estado do Pará; Túlio Bartolomeu Lapenda, do Estado da Paraíba; Gilberto Calixto, Marylice Kuglen Batista da Silva e Paulo César Bissani, do Estado do Paraná; José da Cruz Lima Júnior e Nilo Otaviano da Silva Filho, do Estado de Pernambuco; Paulo Roberto de Holanda Monteiro e Emílio Joaquim de Oliveira Júnior, do Estado do Piauí; André Horta Melo, Sonia Camargo e Nair Fernandes Alves, do Estado do Rio Grande do Norte; Patrícia Lenz Koinaski, do Estado do Rio Grande do Sul; Ciro Meneo Funada, do Estado de Rondônia; Rosicleide Gomes Barbosa, do Estado de Roraima; João Carlos Kunzler e José Augusto Gayoso, do Estado de Santa Catarina; Luciano Garcia Miguel e Débora Recife Moreira, do Estado de São Paulo; Aldemário Paschoal da Costa Filho, do Estado de Sergipe; Wagner Borges, do Estado de Tocantins; Antônio José Lávio Teixeira, Márcia Regina de Souza Leitão e Maurílio Gomes de Oliveira, da Secretaria Executiva do CONFAZ.

11. OBSERVAÇÃO – Todos os debates e depoimentos foram gravados pelo serviço de som disponibilizado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará, em Compact-Disk – CD, que se encontra à disposição dos interessados de direito, na Secretaria Executiva do CONFAZ.

Fortaleza, CE, 14 de dezembro de 2007.

NÉLSON MACHADO
Presidente do CONFAZ, em exercício

ANDRÉ LUIZ BARRETO PAIVA FILHO
Presidente da COTEPE/ICMS

MANUEL DOS ANJOS MARQUES
TEIXEIRA
Secretário Executivo do CONFAZ

Arquivo: confaz/atas/128ª – 1ª versão – 18/12/2007

Anexo II

PROTOCOLO ICMS 86, DE 26 DE SETEMBRO DE 2008

(Diário Oficial da União de 01/Out/2008, à seção 1, pág. 27)

Dispõe sobre a Comissão de Gestão Fazendária – COGEF
e aprova seu Regimento.

Os Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Tocantins e o Distrito Federal neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, Finanças ou Tributação, considerando o disposto no art. 38, incisos I, II e IV, do Regimento do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, quanto à implementação de políticas fiscais, à permuta de informações e fiscalização conjunta e de outros assuntos de interesse dos Estados e do Distrito Federal, resolvem celebrar o seguinte

PROTOCOLO

Cláusula primeira Acordam os Estados e o Distrito Federal em regulamentar a composição e o funcionamento da Comissão de Gestão Fazendária - COGEF, criada no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, com a finalidade de:

I - coordenar e harmonizar os aspectos técnicos dos programas de modernização da gestão fiscal dos Estados e do Distrito Federal;

II - promover e articular o desenvolvimento de ações de cooperação e integração entre os fiscos, bem como o compartilhamento de soluções e produtos, o intercâmbio de experiências e a gestão do conhecimento.

Cláusula segunda A COGEF é composta por:

I - um representante de cada Estado e do Distrito Federal designado pelo respectivo Secretário de Fazenda, Finanças ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal, vinculado aos programas de modernização da gestão fiscal, com direito a voto;

II - representantes designados pela Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda - SE/MF, Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - SE/CONFAZ, Escola de Administração Fazendária - ESAF, Receita Federal do Brasil - RFB, Secretaria do Tesouro Nacional - STN, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEAIN/MP, todos sem direito a voto.

§ 1º Podem ser convidados para participar das discussões na COGEF, representantes de outras entidades, relacionadas ao desenvolvimento dos programas de modernização da gestão fiscal, tais como: Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais - ENCAT, Grupo de Gestores de Finanças Públicas - GEFIN, Grupo de Desenvolvimento do Servidor Fazendário - GDFAZ, Grupo de Educação Fiscal - GEF, Fórum Fiscal dos Estados Brasileiros.

§ 2º Os membros da COGEF com direito a voto elegerão entre seus pares um Presidente que terá mandato anual, sem recondução.

Cláusula terceira A SE/CONFAZ proverá apoio e suporte administrativo ao funcionamento da COGEF.

Cláusula quarta Compete à COGEF:

I - coordenar e harmonizar os aspectos técnicos dos programas de modernização da gestão fiscal, nas áreas de administração tributária, finanças e contabilidade, contencioso fiscal, entre outras;

II - coordenar a cooperação e o compartilhamento de soluções e produtos nas áreas de tecnologia de informação e comunicação, de capacitação, de gestão, de transparência e controle social, entre outras;

III - promover a avaliação de soluções implementadas pelos Estados e pelo Distrito Federal para inclusão em banco de melhores práticas;

IV - harmonizar os documentos e procedimentos relacionados a aquisições, contratações, transferência de recursos e outros processos que sejam do interesse coletivo de um grupo ou de todas as Unidades Federadas;

V - promover a integração entre os fiscos pelo intercâmbio de experiências e gestão do conhecimento, inclusive por meio de redes e grupos temáticos, em âmbito nacional e internacional;

VI - apoiar o monitoramento e a avaliação dos resultados alcançados pelos programas de modernização da gestão fiscal dos Estados e do Distrito Federal;

VII - apoiar a celebração de convênios de cooperação entre instituições participantes dos programas de modernização da gestão fiscal dos Estados e do Distrito Federal e dessas com outras instituições correlatas, inclusive de âmbito internacional.

Parágrafo único. A COGEF encaminhará à apreciação do CONFAZ as questões que requeiram deliberações aplicáveis ao conjunto dos Estados e ao Distrito Federal.

Cláusula quinta No âmbito da COGEF ficam criados os Grupos Técnicos (GTs) do PROFISCO (Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil - Linha de Crédito CCLIP/PROFISCO) - GT/PROFISCO e do PMAE (Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais - PMAE) - GT/PMAE, compostos pelos respectivos Coordenadores Estaduais e do Distrito Federal, que deliberarão acerca de seu funcionamento.

§ 1º A COGEF poderá criar outros grupos técnicos, sempre que necessário.

§ 2º Os grupos técnicos poderão constituir subgrupos temáticos.

§ 3º Os grupos técnicos e seus respectivos subgrupos temáticos manterão a COGEF informada de suas deliberações que digam respeito ao conjunto dos Estados e ao Distrito Federal.

Cláusula sexta As reuniões ordinárias da COGEF serão realizadas trimestralmente, em data, hora e local a serem indicados na convocação ou, extraordinariamente, quando solicitado pelo Presidente da COGEF, ou por pelo menos um terço dos representantes com direito a voto.

§ 1º As reuniões da COGEF serão conduzidas pelo seu Presidente ou por quem este designar e por um Relator, escolhido pelo plenário a cada reunião para elaboração do relatório.

§ 2º As convocações para as reuniões da COGEF serão efetuadas pela SE/CONFAZ com antecedência mínima de 8 (oito) dias.

§ 3º Ao final de cada reunião a COGEF elaborará um relatório que deverá ser assinado ao menos pelo Presidente e pelo Relator, respeitados os seguintes procedimentos:

I - encaminhamento à SE/CONFAZ, que o enviará eletronicamente a todos os membros da COGEF em até 48 horas após o seu recebimento;

II - apresentação na reunião seguinte do Pré-CONFAZ ou em outro evento que congregue os Secretários de Fazenda, Finanças ou Tributação;

III - arquivamento pela SE/CONFAZ de cópia, ficando a mesma à disposição dos membros da COGEF, dos GTs e dos subgrupos temáticos.

Cláusula sétima A adesão ao presente protocolo dar-se-á mediante solicitação formal encaminhada à SE/CONFAZ, que incluirá diretamente o solicitante.

Cláusula oitava Os casos omissos deste protocolo serão resolvidos pelos membros da COGEF com direito a voto, por maioria absoluta.

Cláusula nona Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Acre - Mâncio Lima Cordeiro; Alagoas - Maria Fernanda Quintella Brandão Vilela; Amapá - Haroldo Vitor de Azevedo Santos; Amazonas - Thomaz Afonso Queiroz Nogueira p/ Isper Abraham Lima; Bahia - Carlos Martins Marques de Santana; Ceará – Carlos Mauro Benevides Filho; Distrito Federal - André Clemente Lara de Oliveira p/ Valdivino José de Oliveira; Espírito Santo - Bruno Pessanha Negriz p/ Cristiane Mendonça; Goiás - Lourdes Augusta de Almeida Nobre e Silva p/ Jorcelino José Braga; Maranhão - José de Jesus do Rosário Azzolini; Mato Grosso - Marcel Souza de Cursi p/ Eder de Moraes Dias; Mato Grosso do Sul - Miguel Antônio Marcon p/ Mário Sérgio Maciel Lorenzetto; Minas Gerais - Simão Cirineu Dias; Pará - Walcir Marçal Nogueira p/ José Raimundo Barreto Trindade; Paraíba - Milton Gomes Soares; Paraná - Heron Arzua; Pernambuco - Roberto Rodrigues Arraes p/ Djalmo de Oliveira Leão; Piauí - Emílio Joaquim de Oliveira Junior p/ Antônio Rodrigues de Sousa Neto; Rio de Janeiro - Ricardo José de Souza Pinheiro p/ Joaquim Vieira Ferreira Levy; Rio Grande do Norte - André Horta Melo p/ João Batista Soares de Lima; Rio Grande do Sul – Júlio César Grazziotin p/ Aod Cunha de Moraes Junior; Rondônia – José Genaro de Andrade; Roraima - Antônio Leocádio Vasconcelos Filho; Santa Catarina - Sérgio Rodrigues Alves; São Paulo - Mauro Ricardo Machado Costa; Sergipe - Nilson Nascimento Lima; Tocantins – Dorival Roriz Guedes Coelho.

Anexo III

Ajuda Memória – Reunião de Instalação

1. Dados Básicos:	
Data:	
23 e 24 de Outubro de 2008	
Local:	
CONFAZ – DF	
Objetivo (s):	
<p>Instalação da COGEF, eleição do(a) Presidente e discussão de temas de interesse da Comissão;</p> <p>Apresentação e discussão de temas de interesse do PROFISCO/BID e PMAE/BNDES</p>	
2. Material Técnico	
<p>CD - ROP-PROFISCO Regulamento Operacional - Anexos e Apêndices: (i) ROP-PROFISCO; (ii) Anexos do ROP (41 documentos); (iii) Apêndices do ROP (3 Fluxogramas de Procedimentos); (iv) Programação do Workshop e da Reunião COGEF; (v) Relação de Participantes</p>	
3. Participantes (Anexo 1)	
<p>Governo Federal: Nelson Machado (Secretário Executivo do Ministério da Fazenda), Lina Vieira (Secretária da Receita Federal do Brasil), Eduardo Coutinho (Secretário Adjunto da STN/MF), Manuel dos Anjos (Secretário Executivo do CONFAZ), Ruben Bauer (Representante da SE/MF no PROFISCO).</p> <p>Governos Estaduais: João Marcos Maia (Representante do Coordenador do CONFAZ – SEFAZ/CE); Coordenadores do PROFISCO nos Estados.</p> <p>BID – Representação e Sede: Especialistas na área fiscal da Representação no Brasil e da Sede e Equipe de Consultores BID-PROFISCO</p>	
4. Temas e conclusões	
<p>4.1. Apresentação do Regimento COGEF aprovado pelo CONFAZ em 26 de setembro de 2008, instalação da comissão e eleição do Presidente. Foi eleita Sandra Maria Olimpio Machado da SEFAZ-Ce para o primeiro mandato da COGEF. (Manuel dos Anjos - SE/CONFAZ; Sandra Machado - CE; Myrthes Frota – MA; Jó Sales – PA e Aldo Ramos Filho – PE.</p> <p>4.2. Apresentação de cooperação técnica com CIAT e outros organismos (Alberto Amadei –RFB, Sandra Machado SEFAZ-Ce.</p> <p>4.3. Apresentação Rede COGEF (Ruben Bauer – SE/CONFAZ)</p> <p>4.4. Apresentação de diretrizes: Cooperação Técnica (PRODEV/BID) de apoio à COGEF. (Fátima Cartaxo – BID)</p> <p>4.5. Apresentação e discussão do Questionário para os GOVERNOS Estaduais do Sistema de Avaliação PRODEV</p>	

5. Próximos Passos		
Item	Data	Responsável
4ª Capacitação em Aquisições e Contratações para PROFISCO	24 e 25/11/2008	BID (SC)
Reunião preparatória para seminário de integração RFB e Estados		RFB/SEFAZ-CE-PA-ES
Receber sugestões dos Estados para o seminário integração RFB e Estados	Até 10/11/2008	Todos os Estados
Reunião Portal Rede COGEF		SE/MF-BID SEFAZ/PA-CE-MA-PE
Receber sugestões de Logomarca para a COGEF e o PROFISCO	Até 20/11/2008	Todos os Estados
2ª. Reunião COGEF em Fortaleza	08/12/2008	
Seminário de integração RFB e Estados	09 e 10/12/2008	RFB/COGEF
Curso sobre gestão por resultados e monitoramento de programas	Março/2009	BID/PRODEV/PROFISCO

Ajuda Memória – 2a. Reunião do COGEF

1. Dados Básicos:	
Data:	
10 de dezembro de 2008	
Local: CENTRESAF – Fortaleza – CE	
Objetivo (s): Definição do plano de trabalho da COGEF para 2009. Composição e competências dos GT's.	
2. Material Técnico	
3. Participantes	
Governo Federal: Ruben Bauer (Ministério da Fazenda); Fátima Gondim (CENTRESAF), Alberto Amadei (RFB).	
BID: Fátima Cartaxo, Luciana Pimentel, Ana Lúcia Dezolt	
Governos Estaduais: Nazle Maria Fecury de Mello Feres (AC), Maria das Graças Fiuza Ferreira Costa (AL), Jucinete Carvalho de Alencar (AP), Maria Ivone R. N. Carvalho (BA), Rodrigo Pires Soares (BA), Sandra Machado (CE), Sonia Maria Câmara Sisnando (CE), Rejane Muniz Frutuoso de Oliveira (CE), Luiza Ondina Santos Mota (CE), Rogério Zanon Silveira (ES), Francisco José Teixeira Garcia (ES), Myrthes Frota Pinheiro (MA), Jacilene Fontes Leite (MA), Pedro Luiz Bezerra (MG), Nardele Pires Rothebarth (MT), Thanner C. Nogueira (MS), Jader Rieffe Julianelli Afonso (MS), Jó Bezerra Sales (PA), Francisco Celestino de Sousa (PI), Viviane de Fátima Dobginski (PR), Nilson Gurgel Fernandes (RN), Israel Ribeiro (RN), Daniel José Santos dos Anjos (RR), Edson Carvalho de Moraes (RN), Omar Robero Afif Alemsan(SC), Paulo Eli (SC), Renato Dias Marques de Lacerda (SC), Marta Auxiliadora Machado Leite (SE), Bárbara Soares Amaral (SE), Marcelo Luiz Alves Fernandez (SP), Keila de Oliveira Carvalho (TO).	
4. Temas e conclusões	
1º Momento:	
Sandra Machado (Presidenta da COGEF) apresentou as realizações da COGEF, desde o período de Setembro de 2008. Em seguida, foi sugerida a criação de um Prêmio Anual da COGEF pelos serviços relevantes prestados em âmbito nacional. Aprovada a sugestão, foi indicada a Sra. Fátima Cartaxo (BID), a quem foi entregue uma placa pelos trabalhos realizados em prol da modernização dos fiscos brasileiros.	

2º Momento:

Ruben Bauer (Ministério da Fazenda) apresentou algumas funcionalidades da ferramenta de gestão do conhecimento (Rede COGEF), como:

- microquestionário sobre o PMAE;
- links para as salas de bate-papo;
- apresentação da estrutura de folders e
- contatos de e-mails.

3º Momento:

Alberto Amadei (RFB) apresentou o modelo da Coordenação da RFB de integração, colaboração e troca de informações:

sugeriu a criação de um grupo de interlocutores dentro do COGEF para definir as prioridades e requisitos mínimos para iniciar o processo de troca de informações;

passou a palavra para os participantes para ouvir sugestões;

o grupo da COGEF desenhará um conjunto de informações que os estados gostariam de receber da RFB e encaminhará para crítica em cada um dos estados de forma a reunir uma proposta de integração para ser implementada no curto prazo;

Como projeto de médio/longo prazo foi sugerida a criação de um datawarehouse onde a receita disponibilizará de forma sistemática as informações para os estados e da mesma forma os estados disponibilizarão as informações que são de interesse da RFB.

Foi criada uma comissão (CE, MG, MS, MT, BA) para agendar uma reunião na semana de 15 a 19/12, dependendo da agenda da Secretária Lina Vieira.

4º Momento:

Luciana Pimentel (BID) apresentou uma proposta de estrutura da COGEF. Em seguida, detalhou-se a metodologia do trabalho em grupo (ciclo cibernético) o qual tinha como objetivo a construção do plano de ações para 2009 em cada uma das 03 (três) áreas: monitoramento, gestão do conhecimento e aquisições.

Os participantes foram distribuídos dentro dos grupos de trabalho. Após as discussões nos grupos originais, os membros dos grupos circularam, a fim de contribuir para a construção dos resultados dos demais grupos.

Os grupos apresentaram em plenária os resultados dos trabalhos

- Grupo 3 (Coordenador Jó Sales-PA)
- Grupo 1 (Coordenador Omar Afif-SC)
- Grupo 2 (Coordenadora Myrthes Frota-MA)

As ações foram validadas pelo grande grupo e serão encaminhadas aos líderes dos grupos 1,2 e 3 para fechamento do plano de ação COGEF – 2009, inclusive com prazos e responsáveis, os quais serão indicados pelos representantes da COGEF de cada estado.

5º Momento:

Sandra Machado (COGEF) abriu a discussão para identificar os estados que comporiam os GT's. Ficaram assim definidos:

-  GT PROFISCO: CE-MT-SC-SP-AC
-  GT PMAE: CE-MT-SC-SP-AC
-  GT Monitoramento e Avaliação: ES-RN-AL-MA-SC
-  GT Cooperação Nacional e Internacional: ES-MA-MT-SP-SC
-  GT Capacitação: SE-TO-CE-RJ-SC
-  GT Aquisições e Contratações: AC-PA-BA-SP-RN-RR-SC
-  GT TIC: MG-MS-PR-SC

6º Momento:

-  Sandra Machado abriu a discussão para votação e escolha da marca da COGEF.
Aprovada a marca sugerida pela Bahia com alteração da inclusão do nome da COGEF.
-  Sandra pediu sugestões para a próxima reunião que será em Santa Catarina entre os dias 20 e 30 de março/2009.
-  Alberto Amadei recebeu a palavra para suas considerações finais e definição da estrutura do COCOF.
-  A reunião foi encerrada com uma oração pelo servidor da RFB que sofreu um atentado no dia 09/12 e pelas vítimas das enchentes de Santa Catarina.

5. Próximos Passos

Item	Data	Responsável
Foi criada uma comissão (CE, MG, MS, MT, BA) para agendar uma reunião na semana de 15 a 19/12, dependendo da agenda da Secretária Lina Vieira.	15/12/08	Alberto Amadei
Encaminhadas aos líderes dos grupos 1, 2 e 3 as ações para fechamento do plano de ação COGEF – 2009, inclusive com prazos e responsáveis, os quais serão indicados pelos representantes da COGEF de cada estado.	30/12/08	Luciana Pimentel Sandra Machado Jó Sales Afif Myrthes
Sugestões para a próxima reunião que será em SC entre os dias 20 e 30 de março/2009.	30/01/09	Todos os integrantes da COGEF

Ajuda Memória – 3a. Reunião da COGEF

1. Dados Básicos:	
Data:	
23 a 26 de Março de 2009	
Local:	
ESAF : Brasília – DF	
Objetivo (s):	
	<ul style="list-style-type: none"> • Prestação de Contas da Comissão • Apresentação dos resultados do Encontro do Eurosocial • Apresentação da Coordenação de Integração RFB X Estados X Municípios • Tramitação da contratação de financiamento no âmbito do PROFISCO • Exposição das atividades desenvolvidas e em andamento dos planos de ação 2009 • Cooperação ESAF – CIAT – Eurosocial • Apresentação dos sistemas de gestão de projetos • Discussão a aprovação do Plano de Cooperação Técnica do PRODEV/Subnacional
2. Estados Convocados:	
Presença de todos os estados, com exceção do Estado do Amazonas e Distrito Federal	
3. Participantes	
Participantes: representantes da COGEF Convidados: Fátima Gondim (RFB – COCIC); Leônidas (RFB – TIC); Cristina (ESAF); Genevieve (ESAF); Ruben Bauer (MF).	
4. Temas e conclusões	
Dia 23/03 - Segunda-Feira	
1) Abertura:	
<p>Sandra Machado faz abertura da reunião agradecendo o grupo pela colaboração e presteza nos trabalhos da Comissão. Foi definido o Sr. Jó Sales (Pará) como relator.</p> <p>Em seguida, apresenta agenda de trabalho para os dias 23 a 26/03 e enfatiza o fato da reunião da COGEF estar sendo realizada em Brasília como forma de aproveitar o deslocamento dos membros da COGEF para participação no Curso do BID-PRODEV.</p>	

2) Apresentação e repasse das Atividades Desenvolvidas pela COGEF:

- Realização do 1o. Seminário de Integração dos Fiscos realizado em Fortaleza nos dias 08 e 09/12/2008.

- Sandra agradece Ruben Bauer (SE/MF) pelo apoio na divulgação e utilização, por parte dos membros da COGEF, da rede COGEF, como forma de disseminar a gestão do conhecimento e comunicação entre os Fiscos Estaduais.

- Apresentado o resultado da Reunião com a Secretaria Lina (RFB), ocorrida em 23/01/2009 em Brasília.

- Criação da COCIC - Coordenação da RFB, cujo objetivo é estabelecer uma integração e cooperação entre o Fisco Federal e os Fiscos Estaduais e Municipais. Na ocasião desta reunião, criou-se uma comissão composta pelos Estados de MG, MT, MS, BA e mais 02 (dois) representantes do ENCAT (Eudaldo e Trinchão), os quais ficariam responsáveis por “filtrar” as demandas dos estados e distribuí-las de acordo com a disponibilidade de colaboração dos estados. Por fim, foi ressaltado o papel da COGEF, como sendo a articuladora das demandas dos estados e constituindo-se no canal de comunicação e interlocução entre os Estados e a RFB.

5. Visita de Cooperação técnica realizada pela Presidente da COGEF aos estados de Roraima e Acre, com o objetivo de contribuir com estes estados no trabalho de elaboração de carta consulta.

6. Reunião do Eurosócial ocorrida entre os dias 02 a 04/03/2009 em Berlim. Sandra Machado apresenta a possibilidade de se concretizar ações de cooperação visando a capacitação de servidores, tanto no âmbito do Eurosócial como no CIAT. Foi aproveitado este momento para destacar a busca de envolvimento da ESAF para cooperar nesse processo, no sentido de promover uma articulação com o CIAT.

Por fim, foram citadas as principais experiências do EUROSOCIAL que se concentram em : serviços aos contribuintes; educação fiscal e planejamento da ação fiscal..

A COGEF foi incorporada a rede do EUROSOCIAL sendo o primeiro organismo subnacional (representativo dos estados) a ser incluído.

A presidente comenta que a COGEF se fará presente aos próximos eventos do CONFAZ E GDFAZ.

3) Coordenação de Integração da RFB x Estados

3.1) A Sra. Fatima Gondim (Coordenadora da RFB), comenta que como resultado do 1º. Encontro Nacional de Cooperação entre os Fiscos, evento realizado no último dezembro em Fortaleza, houve o direcionamento da criação da COCIC – Coordenação na RFB responsável por promover a integração e cooperação entre os Fiscos. Ressalta ainda todo o esforço da RFB e dos Estados para trabalhar nessa cooperação de modo conjunto, no sentido de atender as demandas reprimidas dos estados.

A Sra. Fátima fala sobre o documento que representa as demandas dos estados e coloca como programação da COCIC no sentido de atender aos estados:

1º. Semestre de 2009: Os dados cadastrais de Pessoa Jurídica (PJ) e Pessoa Física (PF), cujos arquivos já estão prontos para disponibilizar aos Estados.

Base de Dados do SISCOMEX: dados de exportação – os dados já podem ser disponibilizados aos estados. Será agendada uma apresentação na próxima reunião da COTEPE – no grupo técnico COTEC.

A princípio, a tentativa será de disponibilizar os arquivos de imediato para os estados.

A Coordenadora da RFB comenta sobre a necessidade da participação de uma representação da COGEF para trabalhar em conjunto com a RFB na estruturação da COCIC. Foi solicitado de imediato a retirada de um representante do grupo para participar da reunião.

Foi discutida ainda pela plenária a necessidade de definição de formas de repasse das informações da RFB aos Estados e Municípios. O representante da área de TIC da RFB colocou que a princípio as informações seriam disponibilizadas através de CD's. No entanto, o grupo da COGEF coloca o fato da rápida desatualização dos dados em CD's. O grupo questionou a possibilidade de disponibilizar de forma on-line o acesso aos dados. Foi colocado por membros da plenária questões como as dificuldades de acesso em virtude do tamanho da base, haja vista tratar-se da base nacional do cadastro de PF e PJ. Como alternativas foi colocado a possibilidade de utilizar acesso através do Info-gov : ferramenta em web service utilizada para atualização de arquivos.

Alguns representantes questionam se a RFB só irá atender os Estados que já tenham firmado Convênio com a mesma. Os convênios atuais prevêm o acesso a somente a base referente aos Estados e não à base Nacional.

O representante de TIC da RFB coloca que os dados referente a Importação do SISCOMEX estão disponíveis on-line. No entanto, ressalta que os Estados tem apresentado dificuldades no acesso. Coloca que os dados apresentam um déficit de atualização algo em torno de 03 hs.

Somente após a estabilização do acesso aos dados da importação é que os dados da exportação serão disponibilizados.

Colocado pela plenária a idéia de um grupo de trabalho (GT) para definir o melhor formato de como acessar os dados da RFB. O grupo manifesta-se ainda no sentido de que a RFB deve pensar em cenários futuros.

Já existem trabalhos no grupo da COGEF com o objetivo de definir quais são os campos necessários pelos Estados para que a RFB providencie o acesso aos mesmos. Será marcada reunião para definir o que seja necessário repassar para a RFB.

4) Informes Gerais

A Presidente apresenta como está a tramitação da contratação de financiamento no âmbito do PROFISCO nos Estados que aderiram ao programa.

Dia 24/03 - Terça-Feira

1) Informes Gerais

Inicialmente, a Presidente comunica que o Sr. Pedro (MG) irá participar de reunião com a Coordenadora da COCIC, Sra. Fátima Gondim, no intuito de colaborar na estruturação da COCIC (RFB).

Foram solicitados estados voluntários para sediar os próximos cursos de Políticas de Aquisição do BID. Ficou definido o seguinte calendário:

22 a 24/04 em Fortaleza (CE);
15 a 17/09 – SE
14 a 16/10 – RJ

Foi ratificado que tanto a coordenação dos grupos técnicos da COGEF como a própria presidência serão alterados anualmente.

Vera Oliveira (SC) assumiu a Coordenação da Linha de Ação Modernização, Monitoramento e Avaliação, em substituição ao Sr. Afif.

Foi colocada em pauta a participação nacional e internacional em eventos . Fica definida a representação pela Presidência e, havendo mais vagas estas seriam disponibilizadas para os Estados (que arcarão com os custos de deslocamento), através de critérios a serem definidos, priorizando a participação do coordenador. ou membro do GT afim.

A Presidente ficou de fazer contato com o CIAT solicitando vagas para a COGEF (em acordo com a RFB). O contato foi feito e o Secretário Executivo do CIAT, Sr. Claudino Pita, demonstrou interesse na aproximação com os estados, mas ponderou a inviabilidade para o próximo evento, a ser realizado em abril/09, considerando que a delegação do Brasil já conta com 07 (sete) participantes, quando a recomendação do CIAT é de 05 (cinco) participantes por evento.

Foi passada a palavra para Cristina (ESAF). Esta pondera que a melhor forma da ESAF colaborar é recepcionando a demanda dos estados e ainda, orienta-os para que os cursos solicitados sejam baseados em temas (assuntos) estruturais, tendo assim a maior possibilidade desses serem priorizados e atendidos pela ESAF. Segundo a representante da ESAF, esses cursos podem ocorrer através de várias modalidades, de maneira presencial (unidade central em BSB ou nas regionais das escolas), por meio de educação à distância ou, ainda, na modalidade de formação de tutores, para que os mesmos possam atuar como multiplicadores do processo. Cristina destaca ainda a dificuldade da ESAF atender a todas as demandas do PROFISCO em virtude do orçamento limitado da escola. Definida a modalidade do treinamento, seria feito um calendário para este ano e, no que fosse possível, dentro do orçamento disponível.

A Presidente da COGEF coloca a questão da formatação dos protocolos do Convênio entre os Estados e a ESAF para a realização dessas capacitações.

Myrthes (MA) como Coordenadora da Linha de Ação Gestão do Conhecimento e Comunicação, coloca que depois do GDFAZ o grupo solicitaria a todos os estados o plano de capacitação do PROFISCO. Daí o GT de Cooperação conversaria com os representantes da ESAF na tentativa de viabilizar a realização dos cursos. Talvez possam ser priorizados os treinamentos previstos no documento – PAI.

Cristina (ESAF) relembra a importância que haja uma interseção entre os cursos demandados pelos estados e os estruturantes, conforme orientação da ESAF.

2) Cooperação Técnica do PRODEV

Luciana Pimentel (BID) – Apresenta a o Programa de Cooperação Técnica do BID - PRODEV

A representante do BID informa que a coordenação técnica da COGEF, através da SE/MF, fará a autogestão do programa junto aos Estados. A cooperação técnica do BID será de US\$ 1 milhão, com contrapartida de US\$ 100 mil.

O PRODEV irá financiar ação de apoio aos estados via COGEF. Serão construídos os marcos de acompanhamento do programa conjuntamente com os Estados.

O caminho da liberação dos valores do PRODEV será o seguinte: Ministério da Fazenda – Secretaria Executiva do MF – COGEF.

Dia 25/03 – Quarta-Feira

1) Informes Gerais – Sandra Machado

Participação do membro da COGEF na estruturação da COCIC

Pedro (MG) participou da reunião da COCIC com a Sra. Fátima Gondim, com o objetivo de cooperar com a estruturação da Coordenação. Reafirmou a intenção da secretária Lina Vieira de cooperar de forma mais integrada com Estados e Municípios.

2) Rede COGEF – Ruben Bauer (RFB)

Apresenta documento de passo-a-passo da Rede COGEF. Solicita que os e-mails de comunicados dos membros da COGEF sejam feitos por dentro da Rede CATIR – COGEF.

Ruben repassa os seguintes números da rede:

- Qtde. de usuários – 88 membros
- Falta cadastramento de usuários da PB e AM
- Criação de fóruns de discussões - foi criado fórum de assuntos gerais
- Ruben apresenta o manual da Rede COGEF

Em seguida, Ruben Bauer apresenta o documento sobre “O que é gestão do conhecimento, afinal?”. Esse arquivo estará disponível na rede na semana seguinte ao Curso do PRODEV. O objetivo desse material didático é buscar o nivelamento conceitual acerca do assunto de gestão do conhecimento, para depois se definir o que vai ser feito pelo grupo da COGEF.

3) Apresentação dos sistemas de gestão de projetos que foram analisados em reunião realizada na Bahia, no início de fevereiro.

Jó Sales (PA) fala sobre o objetivo do GT de aquisições e contratações. Comenta sobre a reunião realizada em Salvador (BA) para a apresentação dos sistemas de gestão de projetos. Na reunião técnica em Salvador - BA foram apresentadas as soluções proveniente de Instituições como CELEPAR (PR), GEP da BA e o GESPRO (SEFA-PA).

Foi apresentada a empresa fornecedora da solução GESPRO , 8 itec, a qual teve como membros presentes na reunião da COGEF:

Sr. Fco Carlos de Souza e Sr. Cláudio Rodrigues Rosemberg

Apresentado o sistema GESPRO, em seus módulos e funcionalidades.

Após a apresentação do software GESPRO, são passados alguns informes, como:

Vera Oliveira (SC) – Apresenta-se como a nova Coordenadora da Linha de Ação Modernização, Monitoramento e Avaliação e destaca a ação da matriz de indicadores dos projetos que já foram aprovados e os miniquestionário sobre o PMAE. Será disponibilizada na rede COGEF uma

matriz de datas, que indicará quanto tempo demora cada etapa de contratação do programa PROFISCO.

5. Próximos Passos

Item	Data	Responsável
O grupo da COGEF solicita que seja pleiteado um assento de participação permanente da COGEF nas reuniões do CIAT.	Imediato	Sandra Machado
Ficou definido que a COGEF articulará a celebração de novo convênio a ser submetido ao CONFAZ.	Próximo CONFAZ	Fátima Gondim
Os questionários do PRODEV serão devolvidos aos Estados de origem para que seja feito uma revisão das respostas dadas. Será enviado como modelo o questionário do Estado de MG e os Estados deverão devolver os relatórios até o dia 06/04/09.	06/04/2009	Todos os Representantes
A empresa disponibilizará uma versão DEMO para avaliação por parte dos estados.	Até 30/04/2009	Jô Sales
Próxima reunião da COGEF entre os dias 20 e 30 de junho em SC.		
Criar link para o Eurosocial nos sites das Secretarias de Fazenda, Receita e Finanças Estaduais.		Todos os Representantes

Ajuda Memória – 4a. Reunião da COGEF**1. Dados Básicos:****Data:**

24 a 26 de junho de 2009

Local:

Escola Fazendária de SC – Santa Catarina – SC

Objetivo (s):

- Prestação de Contas da Comissão
- Planejamento Estratégico da COGEF
- Apresentação do GDFAZ
- Alinhamento e avaliação dos Planos de Ação
- Rede COGEF
- Apresentação BID/PROFISCO
- Apresentação BNDES/PMAE
- Apresentação STN

2. Estados Convocados:

Todos os Estados foram convocados, porém tivemos a ausência dos Estados: Acre, Espírito Santo, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rondônia e Sergipe.

3. Participantes

Participantes: Representantes da COGEF

Convidados: Fátima Cartaxo (BID); Gustavo Garcia (BID); Aderbal (BID); Paula Barbosa (BNDES); Marcelo (BNDES); Luciana (GDFAZ-SP); Kiola (GDFAZ-MA); Cristina (ESAF); Eduardo Coutinho (STN); Ruben Bauer (MF).

4. Temas e conclusões

Dia 24/06 - Quarta-Feira - Manhã

1) Abertura:

A Presidenta da COGEF, Sandra Machado, desejou boas vindas e agradeceu a participação dos presentes.

Sandra apresentou a prestação de contas e em seguida a agenda de trabalho para o período de 24 a 26 de junho.

2) Planejamento Estratégico da COGEF

O Consultor Wilton Bessa apresentou:

- Da metodologia de trabalho;
- Dos objetivos propostos;
- Dos tópicos teóricos do Planejamento Estratégico;
- Das barreiras de implementação do PE;
- Dos conceitos e exemplos de Missão, Visão e Valores.
- Das finalidades definidas no Protocolo de criação da COGEF

Os participantes foram divididos em 03 (três) Grupos de Trabalhos, sendo que 01 (um) GT trabalhou a Missão, o segundo GT a visão e terceiro os valores da COGEF.

Em seguida aconteceu a apresentação dos GT's:

A Missão foi apresentada pelo GT representado por Vera Oliveira:

“Promover e articular o desenvolvimento de ações de cooperação e integração entre entes da federação, com vistas à modernização da gestão fiscal”.

A Visão até 2010 foi apresentada pelo GT representado por Renato Lacerda:

“Ser reconhecida como fórum de coordenação das iniciativas de integração e modernização da gestão fiscal, com otimização dos esforços e dos recursos disponibilizados”.

Os valores foram apresentados pelo GT representado por Ruben Bauer:

- 1 - solidariedade no setor público
- 2 – consciência do papel de servir à sociedade
- 3 – respeito e abertura ao outro
- 4 – favorecimento da inovação
- 5 – comprometimento com o que se faz
- 6 – transparência das ações
- 7 – compartilhamento das experiências e conhecimentos

Dia 24/06 - Quarta-Feira – Tarde

O Consultor Wilson Bessa começou os trabalhos com a análise dos cenários em que a COGEF está inserida, levando em consideração a identidade organizacional, elaborada pela manhã do mesmo dia. O grupo foi dividido em 4 (quatro) GT's, sendo que 01 (um) trabalhou as oportunidades, o segundo as ameaças, o terceiro pontos fortes e o quarto os pontos fracos.

Em seguida teve a apresentação dos GT's dos cenários internos e externos.

Na seqüência o Consultor Wilton apresentou como criar os Objetivos Estratégicos para potencializar as oportunidades e pontos fortes e minimizar as ameaças e pontos fracos.

A plenária foi dividida em 4 (quatro) grupos. Cada grupo ficou responsável por elencar no máximo 03 (três) objetivos por perspectivas.

O resultado dos trabalhos foi apresentado na seqüência:

Entes da Federação

Prover uma rede de conhecimento para modernização da gestão fiscal;

Dotar os entes da federação de informações acerca das possibilidades de inovação.

Procedimentos Internos

Aprimorar a rede COGEF e intensificar o seu uso;
Definir normas, padrões e procedimentos;
Instituir painel de acompanhamento dos projetos;

Aprendizado e Crescimento

Promover cultura de trabalho coordenado entre os colegiados;
Desenvolver as competências e o nivelamento conceitual dos grupos temáticos;
Identificar e catalogar iniciativas de modernização existentes;
Apreender os últimos avanços em matéria de gestão fiscal.

Orçamento

Buscar e assegurar recursos que subsidiem o desenvolvimento das atividades da COGEF;
Gerir os recursos.

Baseado nos trabalhos realizados pelos presentes foi elaborado o Mapa Estratégico com os relacionamentos e validado no dia seguinte por todos os participantes da reunião.

Dia 25/06 - Quinta-Feira – Manhã

3) Apresentação do GDFAZ

A Presidenta da COGEF apresentou o grupo da GDFAZ, que na pessoa da Coordenadora Adjunta, Luciana - SP, mostrou informações sobre o GDFAZ:

Missão

Visão de Futuro

Valores

Objetivo Geral

Mapa Estratégico

Papel do facilitador na organização das reuniões do grupo.

A diretora do GDFAZ, Kiola Rego, apresentou o detalhamento dos produtos do GDFAZ.

Luciana enfatizou a importância das Escolas Fazendárias nos Estados. Comentou também, que existe um *banner* no *site* da ESAF do GDFAZ com informações do Grupo de Desenvolvimento do Servidor Fazendário.

Sandra Machado elogiou o trabalho do GDFAZ e enfatizou a parceria e o bom relacionamento entre os colegiados.

4) Apresentação do BID/PROFISCO

Fátima Cartaxo (BID) fez apresentação sobre o PROFISCO com os seguintes tópicos:

Finalidade

Objetivo Geral e Específico

Componentes/Produtos

Instrumentos e Mecanismo de Execução

Fátima Cartaxo enfatizou que a COGEF tem por função o compartilhamento de soluções técnicas, intercâmbio de experiência, gestão do conhecimento e coordenação de ações. Lembrou também da importância de ser realizado um marketing da COGEF, e sugeriu que fosse no *site* do BID e do Ministério da Fazenda.

A Coordenadora do Profisco, também falou do PRODEV e disse que o resultado do diagnóstico dos 27 Estados sairá brevemente e que nas próximas 3 (três) semanas será aprovada a 1ª Cooperação Técnica no Brasil, o que viabilizará a contratação de estudos, facilitadores, etc.

Foi alertado para os desafios da execução do Programa Profisco e apresentadas as dificuldades do PNAFE.

Outro ponto que Fátima notificou foi sobre o Acórdão do TCU: Mencionou que existiam 02 (dois) questionamentos que estavam impedido a negociação do Brasil com Bancos Internacionais, que seria a

publicidade e faixa de preço, porém já estavam em vias de serem resolvidos e ficou de enviar ata da reunião que aconteceu no último 25 de junho, que tratou destes impedimentos.

Fátima falou novamente do PRODEV e da existência de 02 (duas) vagas para a rede de Monitoramento e Avaliação e também falou da União Européia (diálogo setorial) e sugeriu a elaboração de projetos que sejam de interesse dos Fiscos Estaduais para propor intercâmbios de experiência e conhecimento.

Garcia do BID falou que levará a experiência do Brasil para os países da América Latina em Seminário que acontecerá em novembro de 2009 no México.

Encerrada a apresentação do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, o Consultor Wilton Bessa em plenária apresentou o resultado do dia anterior e validou com todos a Missão, Visão, Valores, Cenários Internos e Externos e o Mapa Estratégico.

Dia 25/06 - Quarta-Feira – Tarde

5) Reunião dos GT's para alinhamento e avaliação dos Planos de Ação

Os participantes foram divididos, conforme orientação da Presidenta, em grupos para trabalhar os Planos de Ação e orientou que o produto de trabalho seria um relatório.

GRUPO 1 – Modernização, Monitoramento e Avaliação

Participantes: **Coordenador: Vera Oliveira – SC**; Adriane de Carvalho – DF; Simei Natércia Souza – AP; Luciana Berniere – SC; Francisco de Assis Lemos – PB; Sônia Sisnando – CE;

GRUPO 2 – Cooperação e Gestão do Conhecimento

Participantes: **Coordenador: Myrtes Frota Pinheiro**; Roni de Sousa – GO; Jacinete Leite – MA; Kiola Rego – MA; Nardele pires – MT; Valgney Cherri – MS; Luiz Gonzaga – AM; André Luis Cordeiro – BA; Daniel dos Anjos – RR; Adriana Prudêncio – RS; Luiz Azambuja – SC; Sérgio Mota – SP; José Carlos - TO

GRUPO 3 – Aquisição e Compartilhamento de Soluções

Participantes: **Coordenador: Renato Lacerda (em substituição provisória a Jó Sales)**; Ivone Carvalho – BA; Nilson Gurgel – RN; Aldo Ribeiro – PE; Gisele Rafaeli – SC; Graça Fiúza –AL; Rosa Góes – SP; Helen Dias – DF; Ednamai Rodrigues - PB; Cristovam Cruz - PI

Na sequência os Coordenadores de cada grupo apresentaram os trabalhos realizados e os relatórios foram colocados na Rede CATIR.

6) Considerações Gerais do 2º dia de trabalho

1. Foi sugerido que os cursos ministrados pela ESAF fossem preferencialmente à distância;
2. Myrtes enfatizou a urgência para que todos os Estados enviem relação das necessidades de cursos em resposta a solicitação feita por Myrtes e que irá ser reiterada, na condição de Coordenadora do grupo de Cooperação e Gestão de Conhecimento. A orientação é que a resposta seja enviada, mesmo que não haja interesse em participar de nenhum curso ministrado pela ESAF. Sobre o mesmo assunto Sandra Machado colocou que a apresentação da relação de cursos deverá ser realizada em conjunto com o representante de cada Estado no GDFAZ.
3. Ficou acordado que para 2009 a ESAF coloca a disposição dos Estados os treinamentos que já se encontram programados por esta, e cada Estado manifesta o seu interesse; Para 2010: Todos devem, já agora, enviar para Myrtes, relação de cursos para suprir as necessidades de treinamento, com estas informações a ESAF em conjunto com a COGEF/GDFAZ elaborarão plano de trabalho para realização dos cursos estruturantes.
4. Ruben Bauer falou da Feira de Conhecimento, sugerindo sua realização para abril de 2010, evento que consistirá em uma troca de conhecimento e experiências.

Dia 26/06 – Sexta-Feira – Manhã e Tarde

O Secretário Adjunto da Secretária da Fazenda de Santa Catarina, Pedro Mendes, estava presente no início dos trabalhos da 4ª reunião da COGEF e destacou a experiência que o Estado teve com o PNAFE.

7) Apresentação do BNDES/PMAE

Foi realizada uma apresentação do Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES, pelos consultores Marcelo e Paula Barbosa.

Os tópicos apresentados foram: Origem do departamento; Criação da linha de crédito em 3/2007; Ampliação do escopo da linha de crédito em 2008; Estados contratados e os que estavam em fase de aprovação, totalizando 16 projetos; Distribuição dos recursos; ações e itens financiáveis; principais condições das operações; encaminhamento de carta consulta; fluxo das operações no BNDES; liberação de recursos (trimestral); visitas técnica aos Estados (semestral).

O representante do BNDES, Marcelo, enfatizou que será disponibilizado aos Estados que aderiram a linha de crédito do PMAE um relatório simplificado de prestação de contas ao Banco.

Azambuja de Santa Catarina falou de um sistema da SEF/SC que permite rastrear as bases eletrônicas para identificar débitos no CADIN, o que facilitaria o processo de contratação de empréstimos.

Myrtes do Maranhão sugeriu que as dúvidas realizadas pelos Coordenadores dos Projetos PMAE ao Banco, sejam respondidas a todos os demais Coordenadores de projetos.

8) Apresentação da STN

Houve a apresentação de Eduardo Coutinho da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, tópicos apresentados: Atribuições da STN; etapas preliminares de uma operação externa; procedimentos para instrução de processo; sistemas auxiliares (SISTN, STN e CAUC); análise do processo; atribuições da COPEM; Limites e condições; fluxograma para contratações externas.

9) Apresentação da Softplan

Foi apresentado aos participantes da reunião o Sistema SAFF pela Empresa Softplan, que demonstrou as finalidades do sistema: Monitoramento do estágio do projeto; integração com os demais sistemas do Estado; atualizar do dólar direto com o *site* do BACEN; consulta ao Plano de aquisição – PA; integração com o software MS Project, emissão dos relatórios de desembolso; monitoramento dos indicadores e riscos, detalhamento dos avanços obtidos, consultas gerencias, portal próprio; módulo de gestão de cláusula contratual, etc.

10) Rede COGEF

Ruben Bauer sugeriu, como forma de treinamento “in loco”, que fosse incluindo o relatório resultado do trabalho do dia anterior do grupo 1 – Modernização, Monitoramento e Avaliação na Rede CATIR. Após a inclusão pela Coordenadora Vera Oliveira, a mesma sugeriu que todos respondessem a sua mensagem enviada, como forma de avaliação da rede.

Ruben enfatizou que ao enviar e-mail pela Rede CATIR não devem ser anexados arquivos e que a resposta ao e-mail deverá ser realizada por meio da Rede. Falou ainda, da existência de uma pesquisa na Rede que todos deverão acessar e responder sobre a realização da I FERIA de Conhecimento, o prazo foi de uma semana.

Foi realizado treinamento em serviço da Rede Cogef nos dias 24 e 25 de abril, após o término das reuniões, até às 19:00hs, ministrado por Ruben Bauer.

11) Apresentação da ESAF

Cristina da ESAF falou das trilhas de capacitação e das parcerias com os Estados.

Cristina sugeriu que os Estados colocasse em seus sites um link para a página da ESAF, o que facilitaria o acesso às vídeos aulas disponibilizadas.

12) Discussões de encaminhamento

Sandra Machado informou que dia 3/7/09 será realizada a próxima reunião do CONFAZ em Manaus e do Seminário do Eurosocial em Fortaleza em agosto/2009.

Sandra colocou a sua dificuldade em definir as indicações para treinamentos ofertados à COGEF e solicitou sugestões para estabelecer critérios de direcionamento dos treinamentos. Ficou acordado que os treinamentos de interesse de outros colegiados deverão ser encaminhados para seus respectivos Coordenadores, e por sugestão de Sérgio de São Paulo o envio deverá ser também informado aos membros da COGEF. Os critérios foram assim encaminhados:

1. As representações institucionais serão feitas pela Presidenta, ou no seu impedimento será indicado um Coordenador da Linha de Ação que tenha afinidade com o tema da representação.

2. Representação do Brasil em outro país, de melhores prática, será formada uma Comissão que atuará até dez/2009, composta de Sandra Machado Myrtes Pinheiro e mais 02 (duas) pessoas do grupo, preferencialmente alguém que seja representante COGEF e GDFAZ. Esta comissão analisará os trabalhos e decidirá qual o melhor para representar o Brasil.

3. Quanto aos demais treinamentos ofertados, serão em outra oportunidade definidos critérios. Ficou acordado que os membros da COGEF deverão encaminhar por e-mail da Sandra – CE ou da Myrtes –MA, sugestões de critérios. Até então, por sugestão de Daniel – RR, deverá ser realizado sorteio entre as pessoas que manifestarem interesse em participar do treinamento, que deverão ser avisadas por e-mail.

José Carlos de Tocantins informou a próxima reunião do GDFAZ em Mato Grosso no período de 11 a 14 de agosto/2009.

Sandra agradeceu a todos a participação.

13. Próximos Passos

Item	Data	Responsável
Enviar relação das necessidades de cursos para Myrtes-MA	Imediato	Todos os Representantes
Formar Comissão para analisar os trabalhos e definir os Estados que representarão o Brasil em eventos no exterior. Esta Comissão também será responsável para definir critérios de escolha de participantes em cursos ofertados	31/7/09	Sandra – CE Myrtes – MA 02 (dois) representantes do grupo de capacitação
Enviar sugestões de critérios para escolha de participantes em cursos ofertados, para o e-mail da Sandra Machado-CE e/ou Myrtes-MA	Imediato	Todos os Representantes
Responder a pesquisa na Rede COGEF sobre a realização da I Feira de Conhecimento	Até o dia 10/7/09	Todos os Representantes
Próxima reunião da COGEF nos dias 22 e 23 de setembro no Maranhão		

Anexo VII

Ajuda Memória –5a. Reunião da COGEF

1. Dados Básicos:

Data:

22 e 23 de setembro de 2009

Local:

Secretaria da Fazenda do Estado do Maranhão - SEFAZ

Objetivo (s):

Aprovação do Protocolo da COGEF

2. Material Técnico

Cópia de Protocolo sobre competências dos grupos de assessoramento ao CONFAZ.

3. Participantes

Presença dos seguintes estados: Maria das Graças Fiúza (AL), Simeí Natércia (AP), Jucinete Carvalho (AP), André Cordeiro (BA), Sandra Machado (CE), Francisco Garcia (ES), Sidney Mateus (GO), Jacilene Leite (MA), Myrthes Frota (MA), Edilson Alves (MA), Letícia Nascimento (MA), Raimundo Nonato Cantanhede (MA), Pedro Luiz (MG), Francisco de Assis (PB), José Lanhas (PB), Aldo Ribeiro (PE), Cristovam Cruz (PI), Francisco Menezes (PI), Luis Carlos Azambuja (SC), Renato Lacerda (SC), João Carlos (SC), Jader Rieffe (MS), Ruben Bauer (SE/MF), Francisco Rabelo, (DF), Cristina Mac Dowell (ESAF), Edson Carvalho (RR), Sergio Mota (SP), Rosa Goes (SP), Nardele Pires (MT), Luiz Gonzaga (AM), Nilson Gurgel (RN), Roberto Calazans (RS), Marta auxiliadora (SE), Ana Lúcia Dezolt (BID).

Estados ausentes: Acre, Rondônia, Rio de Janeiro, Tocantins, Pará, Paraná.

4. Temas e conclusões

Dia 22/09:

Abertura

O Secretário de Fazenda do Maranhão Cláudio Trinchão desejou boas vindas a todos e agradeceu a participação de cada estado representado.

A Presidenta da COGEF, Sandra Machado (CE), também desejou boas vindas e agradeceu a participação de todos. Apresentou a prestação de contas e em seguida a agenda de trabalho para o período de 22 e 23 de setembro. A senhora Jacilene Leite (MA) foi designada como relatora da reunião.

Prestação de Contas e Protocolo CONFAZ– Sandra Machado (CE)

No período da manhã, a presidenta apresentou a agenda e as atividades desenvolvidas durante o trimestre anterior. Em seguida apresentou ao grupo a proposta do Ceará para o novo Protocolo da COGEF. Foram feitas algumas considerações e se manteve a proposta apresentada pelo Ceará a ser discutida no Pré-Confaz.

Seleção de Participantes em Eventos – Sérgio Mota (SP) e Renato Lacerda (SC)

Foi apresentada pelo senhor Renato Lacerda (SC) a metodologia para seleção em participação de eventos. A referida metodologia foi desenvolvida com a colaboração de Sergio Mota (SP), Renato Lacerda (SC), Myrthes Frota (MA), Sandra Machado (CE), José Carlos (TO). Ficou decidido através de votação que a data de início de vigência da metodologia será a partir de 22 de setembro de 2009, sendo que os pontos referentes ao exercício da presidência e coordenação de Linha de Ação e Grupos Temáticos serão atribuídos integralmente neste exercício.

Relatórios dos GT's

Em seguida foram apresentados os relatórios da situação de execução, em relação ao planejamento para 2009 das seguintes Linhas de Ação: (1) Modernização, Monitoramento e Avaliação, (2) Cooperação e Gestão do Conhecimento, (3) Aquisição e Compartilhamento de Soluções. Foi solicitado pela presidenta maior empenho e observação ao cumprimento das ações e prazos de execução. Em relação à linha de ação (1), foi exposto pelo grupo que ainda não existe nenhuma metodologia definida para o monitoramento e avaliação do Programa. O senhor Jader (MS) informou que o BID utiliza um sistema de monitoramento e avaliação, ficando a necessidade de um

contato com a senhora Fátima Cartaxo (BID) para validação e homologação de um sistema único que possa ser indicado para todos os estados.

A coordenadora da linha de Ação (2) Myrthes Frota (MA), informou que solicitou aos estados sugestões para cursos estruturantes de formação fazendária. A partir de envio dessas sugestões foi marcada uma reunião a com senhora Cristina Mac Dowell (ESAF) para montar um plano de capacitação para os estados. Essa reunião aconteceu dia 18 de setembro e os cursos sugeridos pelos estados foram enquadrados nas trilhas de capacitação da ESAF, que será apresentado nesta reunião no dia 23 de setembro.

Feira do Conhecimento - Ruben Bauer (DF)

O senhor Ruben Bauer (DF) fez uma apresentação sobre a I Feira do Conhecimento Fazendário, e falou da importância de um evento como esse para o público fazendário. Ruben informou que está sendo elaborado em conjunto com a ESAF um anteprojeto que posteriormente será disponibilizado aos estados. Os maiores beneficiários da feira serão os servidores fazendários, e para que a feira aconteça será necessária a manifestação dos secretários de Fazenda, para tanto solicitou aos presentes total empenho junto aos seus secretários.

Dia 23/09

Experiência a compartilhar – Francisco de Assis (PB)

O senhor Francisco de Assis (PB) apresentou o Sistema Corporativo de Administração Tributária

e Financeira da Paraíba. Informou ainda que esse sistema foi compartilhado com três estados: Amazonas, Amapá e Roraima. Após a apresentação do sistema o senhor Nardele (MT) sugeriu que fosse feito um projeto para definir o negócio da administração tributária dos estados e pensar uma estratégia em nível nacional. O senhor Cristovam (PI) colocou a importância dessa integração e disse que é louvável a exposição do senhor Francisco (PB). A senhora Rosa (SP) sugeriu que nas próximas reuniões da COGEF os estados expusessem seus sistemas financeiros com a finalidade de compartilhar informação.

Plano Estruturante de Capacitação – Cristina Mac Dowell (ESAF-DF) e Myrthes Frota (MA)

Logo após a senhora Cristina Mac Dowell (ESAF-DF) e Myrthes Frota (MA) fizeram a exposição do Plano Estruturante de Capacitação para 2010. Depois de exposto o plano, ficou decidido que cada estado deverá enviar uma relação de cursos mais direcionados, especificando o objetivo e o público alvo, a partir desse resultado a ESAF irá montar um cronograma de capacitação para 2010, utilizando as trilhas de capacitação fazendária. A senhora Cristina (DF) explanou de forma detalhada a programação da ESAF para 2010 e as diretrizes para programação de cursos. Para ESAF, o próximo passo será detalhar esses cursos, a meta e se será presencial ou EAD, até dezembro de 2009.

BID – Ana Lucia Dezolt

A senhora Ana Lucia Dezolt (BID) fez uma explicação sobre disposições especiais, normas gerais e anexos dos contratos. Colocou também informações importantes acerca da pós-negociação, execução, monitoramento/ avaliação e modalidades de desembolso do projeto. Fica registrado que a COGEF informou à senhora Ana Lucia que a STN se comprometeu em agilizar os projetos e isso está pendente. A senhora Ana Lucia colocou que a cooperação técnica (PRODEV) será assinada até 30 (trinta) dias a contar da data de 23 de setembro de 2009.

Considerações finais e encerramento – Sandra Machado (CE)

Finalizando a reunião a senhora Sandra Machado (CE), fez um breve relato sobre sua participação em alguns eventos fazendários importantes para o bom desempenho de sua gestão na COGEF. Ficou decidido em plenária que a próxima reunião da COGEF será dia 30/11, 01 e 02/12/09 e o local ficou para decidir posteriormente. A presidenta Sandra Machado (CE) agradeceu a presença de todos.

5. Próximos Passos

Item	Data	Responsável
Enviar colaboração para incluir na prestação de contas de 2009 que acontecerá no período de 30/11, 01 e 01/12/09.	Imediato	Todos os Representantes
O representante da COGEF que for concorrer à presidência deverá levar autorização do seu Secretário na próxima reunião		Os interessados
Sugerir um consultor para conduzir o planejamento estratégico para 2010. Caso não haja manifestação em 15 dias, será convidado o senhor Wilton Bessa, consultor que conduziu o planejamento estratégico 2009.	Imediato	Todos os Representantes
Descrever melhor os objetivos e público-alvo dos cursos encaminhados para a oferta ESAF (encaminhar à Myrthes (MA))	Imediato	Todos os Representantes

Anexo VIII

<p align="center">PLANO DE AÇÃO PARA 2009 GRUPO 1: MODERNIZAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO</p>				
<p align="center">Participantes: Omar – SC (Coordenador), Marcelo – SP, Israel – RN, Thaner – MS, Pedro – MG, Rejane – CE, Sonia – CE, Jucinete – AP, Jacilene – MA, Edson – RR, Luiza – CE, Keila - TO</p>				
<p align="center">COMPETÊNCIAS</p>				
<p>I - coordenar e harmonizar os aspectos técnicos dos programas de modernização da gestão fiscal, nas áreas de administração tributária, finanças e contabilidade, contencioso fiscal, entre outras</p> <p>VI - apoiar o monitoramento e a avaliação dos resultados alcançados pelos programas de modernização da gestão fiscal dos Estados e do Distrito Federal</p>				
Ação	Atividades	Prazo	Responsável	Grupo de Trabalho vinculado¹
1. Definição de metodologia de avaliação e monitoramento da execução dos Programas de Modernização, consistente com a Sistemática de	<p>1. Disponibilizar os PODs (marco de resultados e matriz de indicadores) dos projetos já aprovados</p> <p>2. Definir os indicadores de execução de acompanhamento dos Programas</p> <p>3. Definir prazos e forma de publicação dos resultados do monitoramento e das avaliações dos Programas</p>			GT Monitoramento e Avaliação

¹ GT PROFISCO; GT PMAE; GT Monitoramento e Avaliação; GT Cooperação Nacional e Internacional; GT Capacitação; GT Aquisições e Contratações; GT TIC.
Fortaleza, Dez/2008
v28Dez2008

PLANO DE AÇÃO PARA 2009
GRUPO 1: MODERNIZAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Participantes: Omar – SC (Coordenador), **Marcelo – SP, Israel – RN, Thaner – MS, Pedro – MG, Rejane – CE, Sonia – CE, Jucinete – AP, Jacilene – MA, Edson – RR, Luiza – CE, Keila - TO**

COMPETÊNCIAS

I - coordenar e harmonizar os aspectos técnicos dos **programas de modernização da gestão fiscal**, nas áreas de administração tributária, finanças e contabilidade, contencioso fiscal, entre outras

VI - apoiar o **monitoramento e a avaliação dos resultados alcançados pelos programas de modernização da gestão fiscal** dos Estados e do Distrito Federal

Ação	Atividades	Prazo	Responsável	Grupo de Trabalho vinculado¹
Monitoramento e Avaliação aprovada no ROP-PROFISCO				
2. Definição de metodologia de avaliação e monitoramento do impacto/resultados dos Programas, consistente com a Sistemática de Monitoramento e Avaliação	1. Definir os indicadores de impacto/resultados de acompanhamento dos Programas 2. Definir prazos e forma de publicação dos resultados do monitoramento e das avaliações dos resultados dos Programas 3 Disponibilizar os PODs (marco de resultados e matriz de indicadores) dos projetos já aprovados			GT Monitoramento e Avaliação

PLANO DE AÇÃO PARA 2009
GRUPO 1: MODERNIZAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Participantes: Omar – SC (Coordenador), **Marcelo – SP, Israel – RN, Thaner – MS, Pedro – MG, Rejane – CE, Sonia – CE, Jucinete – AP, Jacilene – MA, Edson – RR, Luiza – CE, Keila - TO**

COMPETÊNCIAS

I - coordenar e harmonizar os aspectos técnicos dos **programas de modernização da gestão fiscal**, nas áreas de administração tributária, finanças e contabilidade, contencioso fiscal, entre outras

VI - apoiar o **monitoramento e a avaliação dos resultados alcançados pelos programas de modernização da gestão fiscal** dos Estados e do Distrito Federal

Ação	Atividades	Prazo	Responsável	Grupo de Trabalho vinculado¹
aprovada no ROP- PROFISCO				
3.Desenvolvimento de mecanismos de apoio, harmonização e especificação técnica de produtos na Rede COGEF	1 Capacitar pessoas em cada projeto estadual para ser o interlocutor com os demais estados por meio da Rede COGEF 2 Disponibilizar ferramenta que indique o estágio de desenvolvimento de cada projeto estadual por meio da Rede COGEF 3 Disponibilizar Termos de Referências e demais documentos do projeto entre os membros da COGEF			GT Cooperação Nacional e Internacional GT Profisco GT Pmae
4. Criação de sistemática de monitoramento e acompanhamento interno dos projetos estaduais,	1 Realizar workshop para apresentação e seleção dos sistemas existentes (CELEPAR-PR, BA, PA, BID) 2 Garantir a existência de ferramenta capaz de identificar superposições de investimentos e atividades entre os projetos 3 Definir sistema de monitoramento e acompanhamento interno dos projetos estaduais			GT Monitoramento e Avaliação

PLANO DE AÇÃO PARA 2009
GRUPO 1: MODERNIZAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Participantes: Omar – SC (Coordenador), **Marcelo – SP, Israel – RN, Thaner – MS, Pedro – MG, Rejane – CE, Sonia – CE, Jucinete – AP, Jacilene – MA, Edson – RR, Luiza – CE, Keila - TO**

COMPETÊNCIAS

I - coordenar e harmonizar os aspectos técnicos dos **programas de modernização da gestão fiscal**, nas áreas de administração tributária, finanças e contabilidade, contencioso fiscal, entre outras

VI - apoiar o **monitoramento e a avaliação dos resultados alcançados pelos programas de modernização da gestão fiscal** dos Estados e do Distrito Federal

Ação	Atividades	Prazo	Responsável	Grupo de Trabalho vinculado¹
consistente com a Sistemática de Monitoramento e Avaliação aprovada no ROP- PROFISCO				
5. Desenvolvimento de estudos para definição de critérios de avaliação da gestão fiscal nos estados, com proposição de				

PLANO DE AÇÃO PARA 2009
GRUPO 1: MODERNIZAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Participantes: Omar – SC (Coordenador), **Marcelo – SP, Israel – RN, Thaner – MS, Pedro – MG, Rejane – CE, Sonia – CE, Jucinete – AP, Jacilene – MA, Edson – RR, Luiza – CE, Keila - TO**

COMPETÊNCIAS

I - coordenar e harmonizar os aspectos técnicos dos **programas de modernização da gestão fiscal**, nas áreas de administração tributária, finanças e contabilidade, contencioso fiscal, entre outras

VI - apoiar o **monitoramento e a avaliação dos resultados alcançados pelos programas de modernização da gestão fiscal** dos Estados e do Distrito Federal

Ação	Atividades	Prazo	Responsável	Grupo de Trabalho vinculado¹
unificação de indicadores a serem utilizados.				
6. Definição de modelos de comunicação interna e externa dos projetos estaduais	1 Consolidar a utilização da Rede COGEF como canal de comunicação interna 2 Criar canal de divulgação externa			GT Cooperação Nacional e Internacional GT Profisco GT Pmae

PLANO DE AÇÃO PARA 2009
GRUPO 2: COOPERAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

Participantes: Myrthes Frota (MA) Coordenadora, **Renato Lacerda (SC)**, **Rogério Silveira (ES)**, **Bárbara Amaral (SE)**, **Sandra Machado (CE)**, **Rodrigo Soares (BA)**, **Daniel dos Anjos (RR)**, **Jáder Julianelli (MS)** e **Nardelle Pires (MT)**

COMPETÊNCIAS

II - promover e articular o desenvolvimento de ações de **cooperação e integração** entre os fiscos, bem como o compartilhamento de soluções e produtos, o intercâmbio de experiências e a **gestão do conhecimento**.

V - promover a **integração entre os fiscos pelo intercâmbio de experiências e gestão do conhecimento**, inclusive por meio de redes e grupos temáticos, em âmbito nacional e internacional

VII - apoiar a celebração de **convênios de cooperação** entre instituições participantes dos programas de modernização da gestão fiscal dos Estados e do Distrito Federal e dessas com outras instituições correlatas, inclusive de âmbito internacional

Ação	Atividades	Prazo	Responsável	Grupo de Trabalho vinculado²
1. Celebração de Convênio Nacional de Cooperação e Integração com a Receita Federal do Brasil	<ol style="list-style-type: none"> 1. Constituir Grupo Técnico 2. Levantar, sistematizar e apresentar as necessidades de cooperação dos estados 3. Definir os requisitos técnicos para atendimento das necessidades. 4. Acompanhar a execução do Convênio 			
2. Celebração de Convênio com a ESAF para implementação de atividades de cooperação e capacitação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar as áreas de interesse comuns aos estados 2. Verificar a viabilidade de atendimento das necessidades via ESAF para 2009 3. Solicitar a inclusão das necessidades dos estados no Plano de Capacitação da ESAF para 2009 e 2010 			
3. Celebração de	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar as áreas de interesse para 			

² GT PROFISCO; GT PMAE; GT Monitoramento e Avaliação; GT Cooperação Nacional e Internacional; GT Capacitação; GT Aquisições e Contratações; GT TIC.

PLANO DE AÇÃO PARA 2009
GRUPO 2: COOPERAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

Participantes: Myrthes Frota (MA) Coordenadora, **Renato Lacerda (SC)**, **Rogério Silveira (ES)**, **Bárbara Amaral (SE)**, **Sandra Machado (CE)**, **Rodrigo Soares (BA)**, **Daniel dos Anjos (RR)**, **Jáder Julianelli (MS)** e **Nardelle Pires (MT)**

COMPETÊNCIAS

II - promover e articular o desenvolvimento de ações de **cooperação e integração** entre os fiscos, bem como o compartilhamento de soluções e produtos, o intercâmbio de experiências e a **gestão do conhecimento**.
 V - promover a **integração entre os fiscos pelo intercâmbio de experiências e gestão do conhecimento**, inclusive por meio de redes e grupos temáticos, em âmbito nacional e internacional
 VII - apoiar a celebração de **convênios de cooperação** entre instituições participantes dos programas de modernização da gestão fiscal dos Estados e do Distrito Federal e dessas com outras instituições correlatas, inclusive de âmbito internacional

Ação	Atividades	Prazo	Responsável	Grupo de Trabalho vinculado ²
Convênios entre os estados para compartilhamento de soluções e capacitação no âmbito dos Programas de Modernização	compartilhamento. 2. Elaborar lista de benchmarking por estado. 3. Analisar a forma de viabilizar as demandas 4. Identificar as áreas de capacitação necessárias às unidades de gestão de projetos 5. Disponibilizar ferramenta de educação à distância através da Rede COGEF (2009??).			
4. Celebração de Convênios com Organismos Internacionais para cooperação e capacitação.	1. Identificar as áreas de interesse para compartilhamento e e organismos para intercâmbio; 2. Participar do Grupo de Benchmarking para Adm.Tributária coordenado pelo CIAT, em articulação com a RFB e ENCAT.			

PLANO DE AÇÃO PARA 2009
GRUPO 2: COOPERAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

Participantes: Myrthes Frota (MA) Coordenadora, **Renato Lacerda (SC)**, **Rogério Silveira (ES)**, **Bárbara Amaral (SE)**, **Sandra Machado (CE)**, **Rodrigo Soares (BA)**, **Daniel dos Anjos (RR)**, **Jáder Julianelli (MS)** e **Nardelle Pires (MT)**

COMPETÊNCIAS

II - promover e articular o desenvolvimento de ações de **cooperação e integração** entre os fiscos, bem como o compartilhamento de soluções e produtos, o intercâmbio de experiências e a **gestão do conhecimento**.

V - promover a **integração entre os fiscos pelo intercâmbio de experiências e gestão do conhecimento**, inclusive por meio de redes e grupos temáticos, em âmbito nacional e internacional

VII - apoiar a celebração de **convênios de cooperação** entre instituições participantes dos programas de modernização da gestão fiscal dos Estados e do Distrito Federal e dessas com outras instituições correlatas, inclusive de âmbito internacional

Ação	Atividades	Prazo	Responsável	Grupo de Trabalho vinculado²
	3. Analisar a forma de viabilizar as demandas 4. Identificar as áreas de capacitação necessárias às unidades de gestão de projetos			
5. Elaboração do Plano de Gestão de Conhecimento no âmbito da COGEF em articulação com o GDFAZ	1. Realizar workshops para divulgação dos planos de modernização estaduais. (Feira de Projetos)			

PLANO DE AÇÃO PARA 2009
GRUPO 3: AQUISIÇÕES E COMPARTILHAMENTO DE SOLUÇÕES

Participantes: Coordenador: Jó Bezerra de Sales – PA, **Viviane de Fátima Dobginski – PR, Francisco José Garcia – ES, Nilson Gurgel Fernandes – RN, Francisco Celestino de Souza – PI, Maria Ivone Rodrigues Carvalho – BA, Paulo Eli – SC, Maria das Graças Fiúza – AI, Nazle Maria Fecury de Melo Feres – AC, Marta Auxiliadora Machado Leite – SE**

COMPETÊNCIAS

III - promover a **avaliação de soluções implementadas** pelos Estados e pelo Distrito Federal para inclusão em **banco de melhores práticas**
 IV - harmonizar os documentos e procedimentos relacionados a **aquisições, contratações, transferência de recursos e outros processos que sejam do interesse coletivo de um grupo ou de todas as Unidades Federadas**

Ação	Atividades	Prazo	Responsável	Grupo de Trabalho vinculado³
1. Aquisição de sistema de gestão do projeto	Analisar os sistemas já existentes (Celepar – PR, PA, BA, PROCIDADES – BID e outros)	Até o final de janeiro/2009 avaliar as soluções	Francisco José (ES), Jó,(PA)Viviane(PR) e Maria Ivone(BA)	GT TIC
2. Disponibilização dos termos de referência	Formatar os critérios e áreas tema para inserção dos termos de referência na rede COGEF	Contínuo	Jó, Ana Lúcia-BID e Francisco José	GT Aquisições e Contratações

³ GT PROFISCO; GT PMAE; GT Monitoramento e Avaliação; GT Cooperação Nacional e Internacional; GT Capacitação; GT Aquisições e Contratações; GT TIC.

PLANO DE AÇÃO PARA 2009
GRUPO 3: AQUISIÇÕES E COMPARTILHAMENTO DE SOLUÇÕES

Participantes: Coordenador: J6 Bezerra de Sales – PA, Viviane de Fátima Dobginski – PR, Francisco José Garcia – ES, Nilson Gurgel Fernandes – RN, Francisco Celestino de Souza – PI, Maria Ivone Rodrigues Carvalho – BA, Paulo Eli – SC, Maria das Graças Fiúza – AI, Nazle Maria Fecury de Melo Feres – AC, Marta Auxiliadora Machado Leite – SE

COMPETÊNCIAS

III - promover a **avaliação de soluções implementadas** pelos Estados e pelo Distrito Federal para inclusão em **banco de melhores práticas**
 IV - harmonizar os documentos e procedimentos relacionados a **aquisições, contratações, transferência de recursos e outros processos que sejam do interesse coletivo de um grupo ou de todas as Unidades Federadas**

Ação	Atividades	Prazo	Responsável	Grupo de Trabalho vinculado³
3. Aquisições e contratações conjuntas	Identificar nos projetos dos estados itens comuns e fomentar a cooperação para aquisições conjuntas.	Até março/2009 identificação dos produtos mais estruturantes. Contínuo	Nilson, Marta - SE, Ruben Bauer e Nazle	GT Aquisições e Contratações
4 Instituição de mecanismos do compartilhamento de soluções técnicas (CST)	1 Definir parâmetros de avaliação dos produtos catalogados 2 Criar e disponibilizar banco de produtos e soluções			GT Aquisições e Contratações/ GT TIC; GT Cooperação Nacional e Internacional; GT Profisco; GT Pmae
5 Instituição de mecanismos de certificação e disseminação de boas práticas	1 Propor e aprovar modelo de seleção de cases de boas práticas 2 Propor e aprovar modelo de			GT Aquisições e Contratações/ GT TIC; GT Cooperação Nacional e Internacional; GT Profisco; GT Pmae

Anexo IX

Planejamento Estratégico

Planejamento Estratégico
2009-2010

Identidade Organizacional – COGEF

Missão

Promover e articular o desenvolvimento de ações de cooperação e integração entre entes da federação, com vistas à modernização da gestão fiscal.

Visão 2010

Ser reconhecida como fórum de coordenação das iniciativas de integração e modernização da gestão fiscal, com otimização dos esforços e dos recursos disponibilizados.

Valores

- 1 – solidariedade no setor público
- 2 – consciência do papel de servir à sociedade
- 3 – respeito e abertura ao outro
- 4 – favorecimento da inovação
- 5 – comprometimento com o que se faz
- 6 – transparência das ações
- 7 – compartilhamento das experiências e conhecimentos

Objetivos Estratégicos - COGEF

Entes da Federação

Prover uma rede de conhecimento para modernização da gestão fiscal
Dotar os entes da federação de informações acerca das possibilidades de inovação

Procedimentos Internos

Aprimorar a rede COGEF e intensificar o seu uso
Definir normas, padrões e procedimentos
Instituir painel de acompanhamento dos projetos

Aprendizado e Crescimento

Promover cultura de trabalho coordenado entre os colegiados
Desenvolver as competências e o nivelamento conceitual dos grupos temáticos
Identificar e catalogar iniciativas de modernização existentes
Apreender os últimos avanços em matéria de gestão fiscal

Anexo X

Roteiro para o cadastramento de usuário na Rede COGEF

Passo 1) O usuário interessado em acessar a Rede COGEF deve, inicialmente, cadastrar-se no CATIR, através do seguinte endereço eletrônico:

<http://catir.softwarepublico.gov.br/>

As informações requeridas deverão ser preenchidas por completo.

Com o usuário e senha cadastrados você poderá escolher as comunidades que pretende participar.

BEM VINDO AO AMBIENTE CATIR !!!

Cadastrar as informações requeridas

Email (Requerido)

Primeiros nomes (Requerido)

Último nome (Requerido)

Senha:

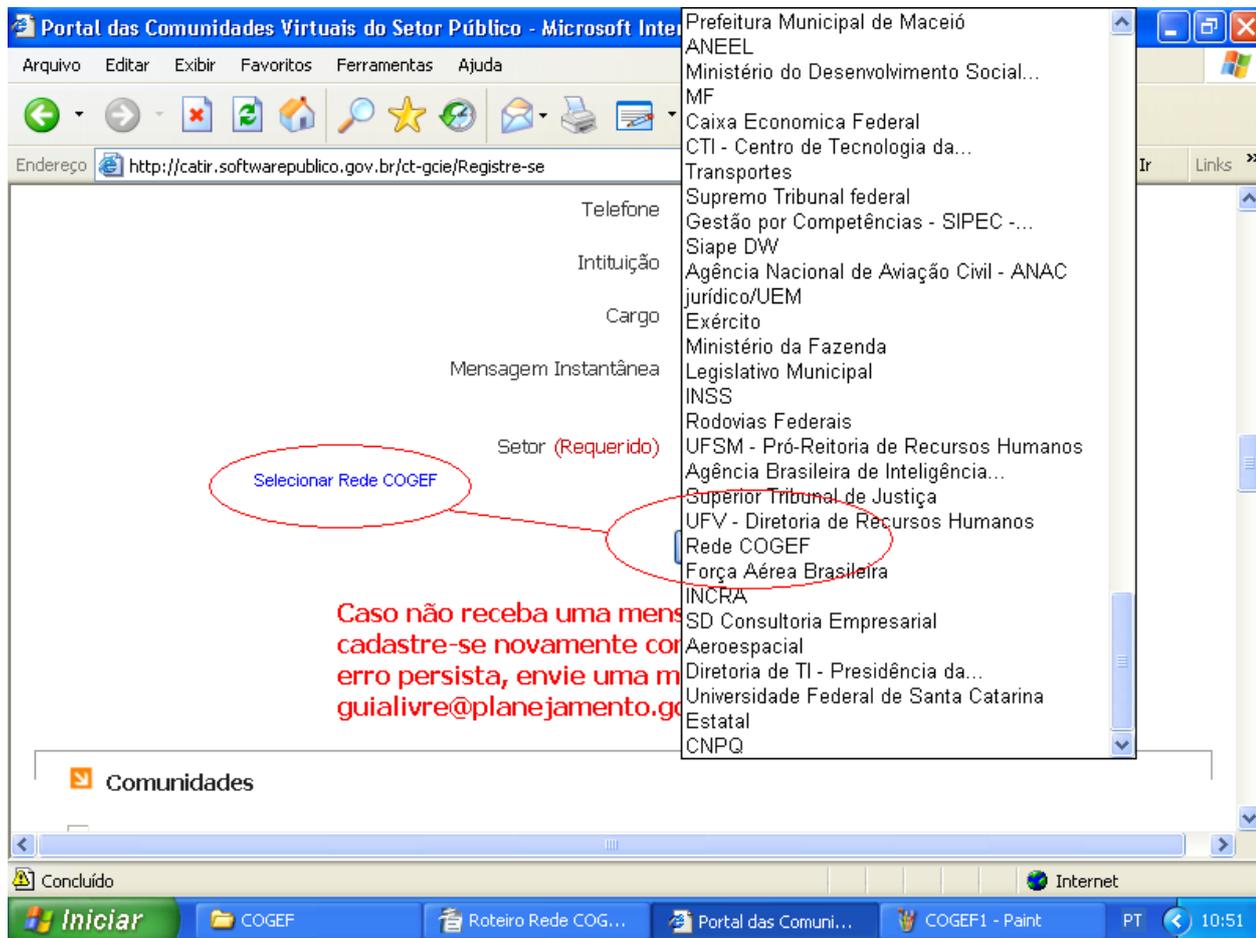
Confirmação de Senha:

Nome de Tela

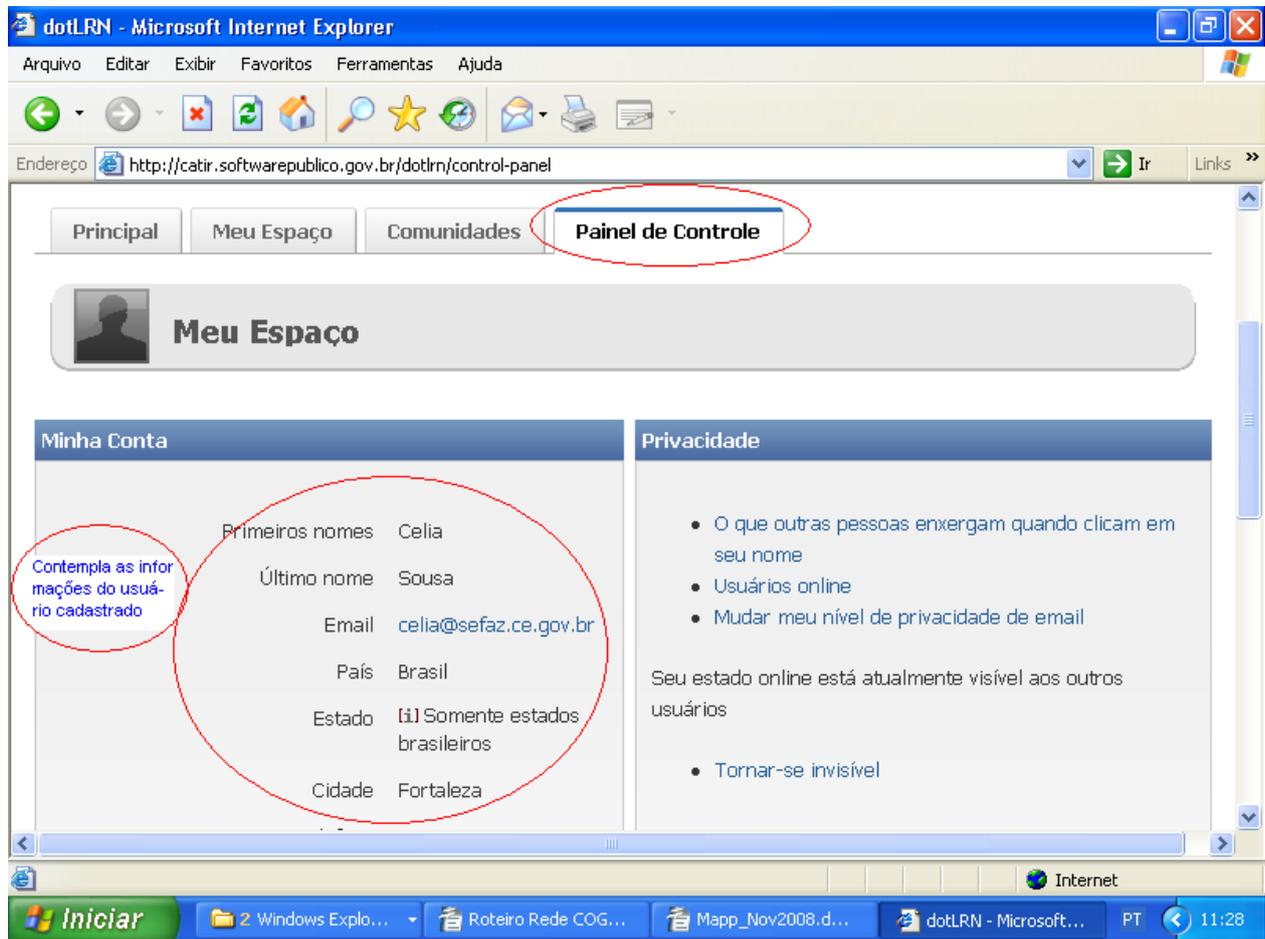
URL da Página Pessoal:

País (Requerido)

Passo 2) No ato do credenciamento, selecionar acesso a Rede COGEF na opção “Setor (Requerido)”



Passo 3) Após o cadastramento, acessar a opção Painel de Controle onde serão apresentadas as informações referentes ao usuário cadastrado.



Passo 4) A partir daí, o usuário deve voltar à página anterior e clicar sobre a opção **Lista das Comunidades**, que se encontra no Menu.



dotLRN - Microsoft Internet Explorer

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Endereço <http://catir.softwarepublico.gov.br/dotlrn/manage-memberships> Ir Links

Meu Espaço

Adicionar/Remover Associações

Comunidades Atuais | Juntar-se a uma Comunidade

Suas Associações Atuais

Nome da Comunidade	Papel	Ações
Rede COGEF	membro	[Aprovação Pendente]

Juntar-se a um grupo

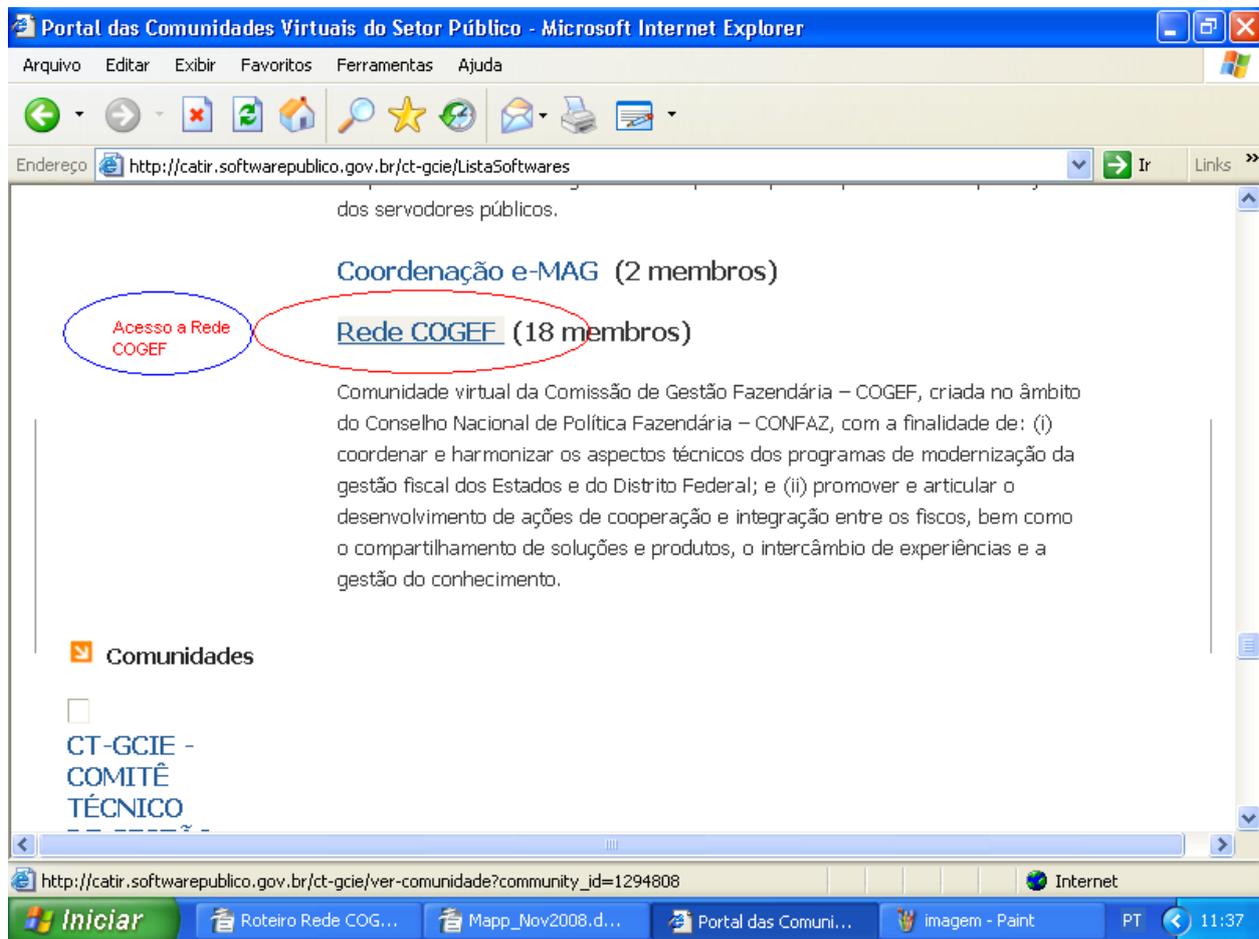
Nome da Comunidade	Descrição	Data de Início:	Ações
Bicentenário do Ministério da Fazenda		2007-10-09 -	<input type="button" value="Request Membership"/>
CATXA - Coesão de	Comunidade exclusiva de empregados CAIXA, destinada a construção coletiva de uma política com diretrizes		

Internet

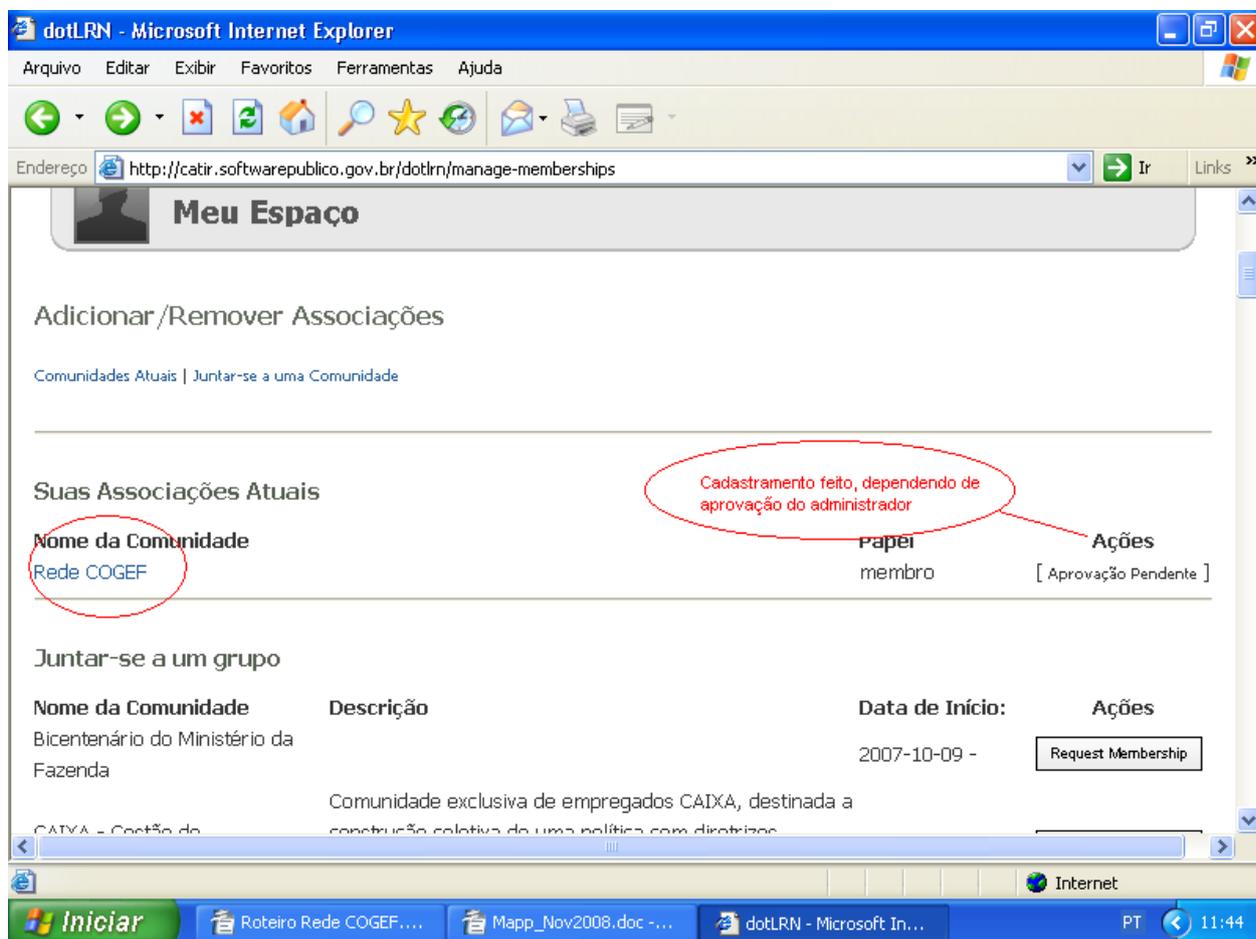
Iniciar Roteiro Rede COGEF... Mapp_Nov2008.doc... dotLRN - Microsoft In... PT 11:44

Cadastramento feito, dependendo de aprovação do administrador

Passo 5) Procurar novamente a Listas das Comunidades disponíveis, clicando assim sobre a opção Rede COGEF



Passo 6) Neste momento, o usuário verificará o seu pré-cadastro à Rede COGEF, o qual será submetido a uma aprovação do administrador da ferramenta para o cadastramento definitivo.



Anexo XI

Representantes da COGEF e participantes dos Estados nas reuniões da COGEF

Presidente da COGEF	Sandra Maria Olimpio Machado (CEARÁ)
Secretaria Executiva do CONFAZ	Manuel dos Anjos Marques Teixeira
Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda - MF	Alexandre Mellilo Lopes dos Santos Luiz Alberto de Almeida Palmeira Ruben José Bauer Naveira
Escola de Administração Fazendária - ESAF	
Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB	
Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Eduardo Coutinho Guerra
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	
Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEAIN/MP	

ESTADO	PARTICIPANTES
Acre	Nazle Maria Fecury de Mello Feres
	Nilo Alves Ferraz Junior
Alagoas	Maria das Graças Fiuza Ferreira Costa
Amapá	Jucinete Carvalho de Alencar
	Simeí Natércia dos S. Souza
Amazonas	Luiz Gonzaga Campos de Souza
Bahia	Maria Ivone R. N. Carvalho
	Rodrigo Pires Soares
	André Luis Cordeiro
Ceará	Sandra Maria Olímpio Machado
	Sonia Maria Câmara Sisnando
	Rejane Muniz Frutuoso de Oliveira
	Luiza Ondina Santos Mota
Distrito Federal	Adriane de Carvalho
	Helen Dias

Espírito Santo	Rogério Zanon Silveira
	Francisco José Teixeira Garcia
	Flávia Santos Silveiras Lima
Goiás	Roni de Sousa
Maranhão	Myrthes Frota Pinheiro
	Jacilene Fontes Leite
	Antonio Edilson F. Alves
	Kiola Moraes Rego
Mato Grosso	Nardele Pires Rothebarth
	Maurício Souza Guimarães
Mato Grosso do Sul	Thanner C. Nogueira
	Jader Rieffe Julianelli Afonso
	Valgney Cherri Ishimi
Minas Gerais	Pedro Luiz Bezerra
	Magno Simões de Brito
Pará	Jó Bezerra Sales
	João Batista Bezerra Quaresma
Paraíba	Fábio Oliveira Guerra
	Francisco de Assis Lemos
	Ednamai Rodrigues Nóbrega
	José Lanhas Schmid
Paraná	Viviane de Fátima Dobginski
	Pedro Ricardo Baptista de Miranda
Pernambuco	Aldo Ribeiro Ramos Filho
	Eduardo Vicente do Nascimento
Piauí	Francisco Celestino de Sousa
	Cristovam Colombo dos Santos Cruz
Rio de Janeiro	Lícia Mascarenhas
	Fabiano da Silva Pereira
Rio Grande do Norte	Nilson Gurgel Fernandes
	Israel Ribeiro
	Edson Carvalho de Moraes
Rio Grande do Sul	Edson Roncarat
	Adriana Prudêncio
Rondônia	Francisca Lucilene da Silveira

	Daniel Gomes
Roráima	Daniel José Santos dos Anjos
	Edson Carvalho de Moraes
	Edson Lopes da Silva Filho
Santa Catarina	Omar Roberto Afif Alemsan
	Paulo Eli
	Renato Dias Marques de Lacerda
	Vera Beatriz da Silva Oliveira
	Luciana Barnieri Pereira
	Luiz C. R. Azambuja
	Francisco de A. Martins
	Adrianny
	Gisele Rafaeli
	Luiz Carlos Mello da Silva
São Paulo	Marcelo Luiz Alves Fernandez
	Sérgio Ricardo C. Mota
	Rosa Maria S.P. Góes
	Luciana M. Guarais
Sergipe	Marta Auxiliadora Machado Leite
	Bárbara Soares Amaral
Tocantins	Keila de Oliveira Carvalho
	Márcio Ferreira Lima
	José Carlos Castro Macedo

**Órgão de
Divulgação
Interna**

SEF



FORTALEZA

I SEMINÁRIO NACIONAL DE

COOPERAÇÃO INTEGRAÇÃO

A Receita Federal do Brasil - RFB está recebendo hoje, dia 8, e amanhã, dia 9, servidores da própria Receita, das Secretarias de Estado de Fazenda, Finanças ou Tributação

(preferencialmente da fiscalização, treinamento e representante da Cogef – Comissão de Gestão Fazendária) e outras instituições convidadas, com o objetivo de proporcionar integração entre fiscos brasileiros, harmonizando práticas e procedimentos nas ações, além de estabelecer canais de cooperação técnica.

A coordenação do evento está sob a responsabilidade de execução do Centro de Treinamento da Escola Superior da Administração Fazendária - CENTRESAF de Fortaleza, contudo, a elaboração do evento foi feito em parceria com a Receita Federal do



E FISCAL

Brasil e os estados, por meio da Comissão de Gestão Fazendária – COGEF, a qual está como colaboradora na preparação das diretrizes do evento.

Participaram da formação da mesa

o Secretário da Fazenda (SEFAZ/CE), Mauro Filho; o representante da Secretária da Receita Federal (SRF), Alberto Amadei Neto; o Superintendente Regional da Receita Federal (SRRF), Luis Gonzaga Medeiros Nóbrega; a representante da ESAF, Fátima Gondim; o Presidente da Associação Brasileira de Secretários de Finanças (ABRASF), Elísio Soares de Carvalho Júnior e o Secretário de Finanças do Município de Fortaleza (SEFIN), Alexandre Cialdini.



OS PAINÉIS E A PRESIDÊNCIA DA COGEF

Quatro painéis serão apresentados durante o I Seminário Nacional de Cooperação e Integração Fiscal: I - Avanços do Pnafe e Perspectivas de Modernização da Administração Fiscal Brasileira; II - Integração de Ações de Capacitação dos Fiscos Brasileiros com Instituições Nacionais e Internacionais; III - Integração de Estudos Macroeconômicos para Planejamento Fiscal dos Fiscos Brasileiros; IV - Definição de Diretrizes para Integração de Informações Fiscais no Brasil. No final do encontro, dia 9, será apresentado um relatório e serão estabelecidos os acordos de cooperação e integração.

Deve ser salientado que o Estado do Ceará do Ceará preside a Comissão de Gestão Fazendária – Cogef, pois a coordenadora da Assessoria de Desenvolvimento Institucional – Adins, Sandra Maria Olimpio Machado, está exercendo a presidência nacional da referida comissão, que congrega todos os Estados da Federação e o Distrito Federal.

A Cogef tem por finalidade: I - Coordenar e harmonizar os aspectos técnicos dos programas de modernização da gestão fiscal dos Estados e do Distrito Federal; II - promover e articular o desenvolvimento de ações de cooperação e integração entre os fiscos, bem como o compartilhamento de soluções e produtos, o intercâmbio de experiências e a gestão do conhecimento.

“A Sefaz, como todas as Secretarias de Fazenda, nessa integração entre os fiscos estadual, federal e municipal, ganha muito, não só em agilidade de informações econômico-fiscais, como na troca de experiências em planejamento da fiscalização e também na parceria e harmonização dos programas de formação, o qual a idéia é que sejam centralizados na Esaf. Esse encontro teve a iniciativa e empenho da nova Secretária da Receita Federal do Brasil, Lina Vieira.

O evento em Fortaleza tem a sua importância, porque legitima o Estado do Ceará como um Estado que tem grande probabilidade de oferta de novos trabalhos, inclusive, neste evento a Sefaz/Ce apresentará como é seu modelo de planejamento de riscos na ação fiscal. Isso traz um fortalecimento nas ações desempenhadas pela COGEF”, fala a presidente nacional da Comissão de Gestão Fazendária, Sandra Olimpio.



<http://portalnoticias.receita.pb.gov.br/wordpress/>
Terça-feira, 27 de Outubro de 2009

Soluções integradas dos PROFISCOS estaduais

O auditor fiscal Francisco de Assis Lemos, gestor do PROFISCO/PB e representante da Paraíba na Comissão de Gestão Fazendária – COGEF, fez apresentação, na 5ª Reunião do COGEF realizada em setembro último, na Secretaria da Fazenda do Estado do Maranhão – SEFAZ. Ele falou sobre “as soluções integradas dos PROFISCOS estaduais”.

Na palestra, Francisco de Assis Lemos enfatizou para os demais representantes da Federação, da necessidade de solução integradas no âmbito dos PROFISCOS estaduais, com mais racionalidade e melhor alocação dos recursos dos programas nos estados.

Na oportunidade ele apresentou o exemplo do Sistema Corporativo de Administração Tributária e Financeira da Paraíba - ATF, que está sendo compartilhado com os estados do Amazonas, Amapá e Roraima e que pode ser ampliado para os demais estados.



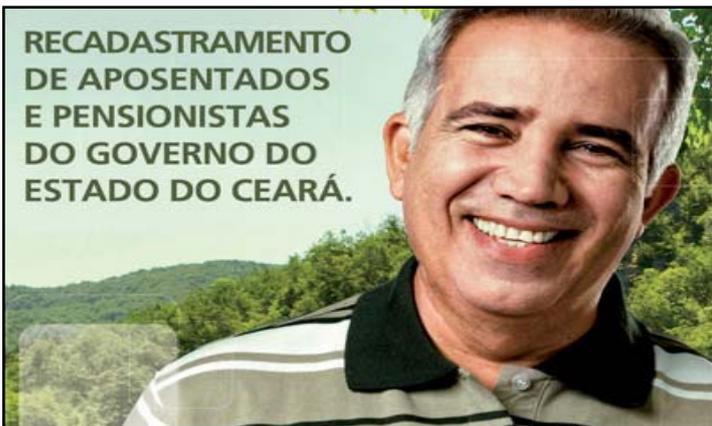
**Órgão de
Divulgação
Interna**

SEFAZ

RECADASTRAMENTO

“UMA PROVIDÊNCIA PARA O SEU BENEFÍCIO”

**RECADASTRAMENTO
DE APOSENTADOS
E PENSIONISTAS
DO GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ.**



A partir do dia 9 de março, aposentados e pensionistas devem comparecer a uma agência do Bradesco para o recadastramento.

Se você conhece um aposentado ou pensionista do Governo do Estado, informe-o sobre o recadastramento. Contribua para a divulgação dessa ação de melhoria da gestão previdenciária do Estado.

Informações: www.seplag.ce.gov.br



Com este slogan, o Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria do Planejamento e Gestão – Seplag lançou neste mês de março um amplo processo de recadastramento de todos os servidores estaduais aposentados e pensionistas. O principal objetivo é melhorar o atendimento aos beneficiários do Sistema Único de Previdência de Servidores do Estado do Ceará – Supsec que hoje conta aproximadamente com 62.000 inscritos, distribuídos entre 30.600 aposentados, 15.400 afastados (para aposentadoria) e 16.000 pensionistas.

O recadastramento deve ser realizado pelo interessado nas agências do Bradesco, mesmo que o mesmo receba seu benefício em outro banco, a fim de assegurar a continuidade do seu direito.

Quem deve se recadastrar?

- ❖ Servidor(a) público(a) estadual aposentado(a) do Poder Executivo;
- ❖ Militar estadual da reserva ou reformado(a);
- ❖ Pensionista de ex-servidor(a) estadual de todos os Poderes;
- ❖ Pensionista de ex-militar;
- ❖ Pensionista de Montepio;
- ❖ Servidor(a) público estadual do Poder Executivo afastado aguardando aposentadoria;
- ❖ Militar estadual afastado aguardando reserva ou reforma.

Vale salientar que até os recém aposentados devem se

recadastrar, segundo orientação de Sonia Maria Mesquita Moura, responsável pelo processo de recadastramento, na Seplag.

Qual será o cronograma de recadastramento?

Com base no mês do aniversário (natalício) foi estabelecido um calendário que é o seguinte:

MÊS DO ANIVERSÁRIO	MÊS PARA SE RECADASTRAR
Janeiro, Fevereiro e Março	Março
Abril, Maio e Junho	Abril
Julho, Agosto e Setembro	Maio
Outubro, Novembro e Dezembro	Junho

Quais são os documentos necessários?

- ❖ Carteira de Identidade ou de Motorista (preferencialmente documento com foto recente) – original e cópia;
- ❖ CPF – original e cópia
- ❖ Comprovante de Residência (do último mês) – original e cópia;
- ❖ Extrato de pagamento (contra-cheque) mais recente – emitido nas agências Bradesco;
- ❖ Formulário de recadastramento preenchido;
- ❖ Declaração de responsabilidade preenchida e assinada.

Caso a pessoa interessada não possa se deslocar a uma agência ou posto do Bradesco, um representante legalmente constituído poderá recadastrar o aposentado ou pensionista. Se esse representante for nomeado por procuração, esta deve ser atual, passada em cartório e destinada especificamente para o recadastramento.

Mais informações no site da Seplag (www.seplag.ce.gov.br) ou pelo telefone (85) 3101.3875 (Sônia Moura).

COGEF PRESENTE NO EUROSOCIAL

A Comissão de Gestão Fazendária - COGEF, que tem como presidente a coordenadora da Assessoria de Desenvolvimento Institucional - ADINS, Sandra Maria Olimpio Machado, com o apoio da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB, foi incorporada à rede do Eurosocial Fiscalidade. Como consequência, do dia 2 a 4 de março, integrantes da COGEF participaram do "II Encontro de Responsáveis Institucionais do Eurosocial Fiscalidade".

*O Eurosocial é uma iniciativa de cooperação técnica da Comissão Europeia para promover a coesão social na América Latina através de intercâmbio de experiências entre administrações públicas responsáveis pela educação, justiça, fiscalidade e saúde", explica a fazendária Sandra Machado.

"O setor Fiscalidade se articula por meio de um consórcio de instituições europeias e da América Latina, lideradas pelo Instituto de Estudos Fiscais da Espanha, e tem como objetivo influir sobre políticas públicas e práticas institucionais de gestão, que no âmbito da fiscalidade tem repercussão sobre a coesão social", finaliza Sandra Machado.



O INFORMATIVO SEFAZ é editado pela ASCOM – Assessoria de Comunicação e Ouviforia. Fechamento: 12/ 3/ 2009 às 16h30min

Missão da SEFAZ: Captar recursos financeiros para atender às demandas da sociedade.

Lina quer a Receita unida a Estados e municípios

Extraído de: Conselho Federal de Contabilidade -
23 de Março de 2009

Arnaldo Galvão, de Brasília

A forte desaceleração da economia brasileira pôs fim à sucessão de recordes na arrecadação de impostos e contribuições. A secretária da Receita Federal, Lina Maria Vieira, que tomou posse em 31 julho de 2008, apenas 45 dias antes da eclosão da crise global, sabe que não há mais espaço para aumentar a carga tributária e aposta, agora, na integração com Estados e municípios para aperfeiçoar a gestão e estruturar um sistema nacional que possa, inclusive, realizar programas de fiscalização conjuntos nos três níveis de governo.

Links Patrocinados

Em entrevista ao Valor, Lina critica a nova iniciativa de refinanciamento de dívidas que está sendo patrocinada pelo deputado Tadeu Filipeli (PMDB-DF), relator da Medida Provisória [449](#), e argumenta que essa discussão não só premia o contribuinte inadimplente como provoca redução do pagamento espontâneo de tributos que representou, em 2008, 95,3% da arrecadação.

"A arrecadação cai antes desses grandes parcelamentos. O bom contribuinte se sente um otário. Ele cumpre com suas obrigações e vê outro, que concorre deslealmente e aposta em um novo parcelamento, conseguir preço melhor que o seu", comenta. A secretária adianta que se for aprovado esse quarto programa de refinanciamento de dívidas que está sendo defendido no Congresso para a aprovação da Medida Provisória [449](#), recomendará que ele seja vetado.

Ela avalia que a crise financeira global e seus reflexos sobre a economia brasileira podem complicar a aprovação da reforma tributária. Lina admite que a proposta do relator Sandro Mabel (PR-GO) deixou os Estados muito inseguros e, neste ano, reconhece que não há clima econômico para construir uma nova proposta.

Valor: *Qual é o foco da administração tributária, agora?*

Lina Vieira: Na verdade, chegou a hora de melhorar a gestão da administração tributária nos três níveis de governo. Nosso esforço tem sido nisso. O sistema tributário é nacional e os entes federados têm sofrido com a crise. Vejo muito os governadores e prefeitos reclamando contra a desoneração do IPI, que é compartilhado, mas é a parcela de sacrifício que cada um de nós está dando para ajudar o setor produtivo. A cooperação com Estados e municípios vai melhorar muito a análise dos setores produtivos. Tudo isso está sendo feito porque não temos mais aquela ferramenta de aumentar alíquotas ou reduzir prazos de recolhimento de tributos. Vivemos o inverso disso.

Valor: *Cooperação com Estados e municípios e melhor análise dos setores produtivos são, então, as duas marcas que diferenciam sua gestão na Receita?*

Lina Vieira: Esses são os sinais para melhorar a gestão. Estamos traçando planos de fiscalização em âmbito nacional com as outras administrações tributárias. Vai haver uma estratégia nacional. As demandas vinham isoladas à Receita, mas agora temos o Simples Nacional. No ano passado, foi criada a Comissão de Gestão Fazendária (Cogef), braço do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Atualmente, as demandas vêm alinhadas por meio da Cogef. A Receita era blindada. Nenhuma informação saía. Não existia integração com Estados e municípios. Eu reclamava porque vivia o lado de lá do balcão. Quando cheguei, já tinha esse diagnóstico. Precisávamos melhorar isso. Vamos abrir e isso está efetivamente acontecendo. O que estamos conseguindo para melhorar a gestão tributária nos três níveis de governo? Programas de fiscalização conjuntos, o que não havia antigamente. Os Estados têm um número muito maior de auditores e já fizemos uma primeira reunião em São Paulo para focar nos grandes contribuintes. Fiscalização tem de ser integrada, participativa e alinhada. Solidariedade federativa era um discurso que não existia aqui.

Receita muda foco e quer investigar os grupos econômicos

Autor(es): Arnaldo Galvão

Valor Econômico - 22/04/2009

Arrecadação: Orientação é deixar de olhar as empresas individualmente e adotar controles mais aleatórios

A fiscalização da Receita Federal promete jogo duro para os grandes contribuintes no segundo semestre. O maior desafio, segundo o subsecretário Henrique Jorge Freitas, é dar prioridade para as análises dos grupos econômicos e não olhar para os pagamentos de tributos de cada empresa separadamente, como vinha sendo feito até agora. "Se conseguirmos acompanhar de perto os dez maiores grupos econômicos do país em 2009, já será um grande avanço", afirma.

Com a mudança de foco da fiscalização tributária anunciada, o alvo será deslocado para os maiores contribuintes, vários modelos já estão sendo testados para entrar em operação a partir de julho. "Vamos pegar o andar de cima, com maior acompanhamento do setor financeiro", anuncia Freitas.

O subsecretário diz que a fiscalização da Receita estava muito dependente de consultas "estruturadas" o que, segundo ele, significa adotar padrões rígidos de cruzamentos de informações de rendas e das respectivas fontes. De acordo com Freitas, a rotina estava "no piloto automático", o que torna mais previsível a ação da autoridade tributária. Agora, sua equipe trabalha para dar maior abrangência aos controles que serão, também, mais aleatórios, com mais surpresas para os fraudadores.

Neste ano, o subsecretário informa que ainda está sendo investigada a arrecadação de 2006, mas seu planejamento pretende reduzir bastante esse atraso. O objetivo da Receita, segundo ele, é acabar com essa situação do fato consumado e trazer a fiscalização para perto do momento da fraude, do fato gerador. "Vamos pegar em pleno andamento os planejamentos tributários e as ações que levam à sonegação", garante.

Freitas afirma que, antes, a prioridade da Receita era fiscalizar o passado. Ele reconhece que há gente e meios suficientes para a tarefa e já estão sendo testados novos modelos de seleção de contribuintes. Os padrões vinham sendo repetidos há mais de 14 anos com poucas alterações. Agora, diz que está atacando essas distorções e seus riscos.

Até o primeiro semestre de 2008, Freitas era o que os funcionários da Receita costumam chamar de "auditor de rua", em Natal (RN). É o fiscal que visita empresas, confere pilhas de livros e documentos, conversa com executivos e vive com mais intimidade a rotina dos contribuintes e da economia. Com a chegada de Lina Maria Vieira à cúpula da Receita, no final de julho de 2008, passou a integrar o grupo de auxiliares mais próximos do gabinete, mas trouxe a sua experiência de fiscalização da rua.

Uma medida tomada por esta administração que ainda não produziu efeitos foi o reforço da Delegacia de Instituições Financeiras (Deinf) de São Paulo. Atualmente, com cerca de 60 auditores, ela vai ter o dobro de fiscais para controlar os recolhimentos de tributos de bancos, seguradoras, corretoras, distribuidoras de valores, financeiras e fundos de pensão.

O concurso interno já foi iniciado, mas será concluído em maio. No começo de 2009, Lina já sabia que a Deinf paulista estava sobrecarregada, situação diferente da unidade carioca. Como medida emergencial, retirou da competência dessa delegacia a fiscalização das empresas de factoring.

No final de março, a secretária da Receita revelou ao Valor que fiscalizações conjuntas com Estados e municípios estão em seus planos. Além disso, diversas parcerias estão sendo estabelecidas com Estados, municípios, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Tribunal de Contas da União (TCU), Ministério Público, Polícia Federal e outros órgãos que estão dando possibilidade de uma visão maior, inclusive com análise da cadeia produtiva.

Já estão sendo traçados planos de fiscalização em âmbito nacional com as outras administrações tributárias. Com a criação do Simples Nacional, foi estabelecida, em 2008, a Comissão de Gestão Fazendária (Cogef), braço do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), órgão que reúne secretários de todos os Estados da Federação.

A Receita informa também que, em 2008, realizou quase 30 mil procedimentos de fiscalização, sendo 16.260 em pessoas jurídicas e 13.799 em pessoas físicas. Os lançamentos das autuações foram no valor de R\$ 75,65 bilhões.

No grupo das pessoas jurídicas, os três setores mais fiscalizados em 2008 foram serviços (28,9%), indústria (24,3%) e comércio (23,9%). Dos lançamentos de créditos de aproximadamente R\$ 61,76 bilhões, as indústrias receberam 3.950 fiscalizações e foram responsáveis por 52,3% do total (R\$ 32,28 bilhões).

Em 2008, no setor de serviços foram realizados 4.696 procedimentos, com o lançamento de R\$ 8,93 bilhões em créditos tributários. As instituições financeiras foram alvo de apenas 313 fiscalizações no ano passado e receberam autuações no valor de R\$ 3,01 bilhões.

Governo do Estado de Santa Catarina – Notícias da SEF

25/06 - Reunião da COGEF recebe elogios do BID

O segundo dia do 4º Encontro Nacional da Comissão de Gestão Fazendária - COGEF, que está sendo realizado na Escola Fazendária, em Florianópolis, foi marcado por reuniões dos grupos de trabalho de planejamento estratégico.

Entre outras atividades, destaque para o representante do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), Gustavo Garcia, que, em sua palestra, destacou a excelente relação entre os Estados na unificação nos trabalhos de modernização no sistema de gestão. Ligado ao elogio do BID, surgiu a informação de que o modelo nacional de integração do Profisco deverá ser apresentado com 'case de sucesso', num primeiro momento, em países da América do Sul.

Para o Profisco catarinense, a notícia mais importante é a de que na próxima semana deverá acontecer a pré-negociação do contrato de financiamento de US\$ 30 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Já na primeira quinzena de julho o coordenador do Profisco, Paulo Eli, estará em Brasília para a concretização do contrato.



Governo do Estado de Santa Catarina – Notícias da SEF

26/06 - Encontro da COGEF encerra com perspectivas de novas ações de gestão

O encerramento do 4º encontro nacional da Comissão de Gestão Fazendária - COGEF, contou nesta sexta-feira (26) com representantes da Secretaria do Tesouro Nacional e do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Os participantes receberam orientações de Eduardo Coutinho (BNDES) e Paula Barbosa (BNDES) sobre como proceder em pleitos de financiamento relativos ao PMAE e ao Profisco. De acordo com Renato Lacerda, do Profisco/SC, Santa Catarina já passou por estas etapas e está em estágio mais avançado de negociação com os financiadores. As capacitações também estiveram na pauta do dia, e uma parceria entre a ESAF (Escola de Administração Fazendária) e a SEF deve resultar em novos cursos à distância ou na Escola Fazendária ainda em 2009. Uma exposição de Ruben Bauer, representante da Secretaria do Tesouro Nacional na COGEF, esclareceu os participantes sobre o compartilhamento de informações via web. Bauer é especialista em gestão do conhecimento e mostrou como ter acesso aos documentos com as melhores práticas de cada Estado. Ao final do encontro, levantou-se a possibilidade de promover a 1ª Feira do Conhecimento, com data e local a serem definidos.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL **ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E CONTROLE SOCIAL**



De 14 a 16 de setembro, Fortaleza sedia o Seminário Internacional Orçamento Participativo e Controle Social, no Seara Praia Hotel, tendo à frente o EUROSocial, importante organismo da Comunidade Econômica Européia, envolvendo na iniciativa, países como Alemanha, Espanha, França e Inglaterra. Na realidade é uma iniciativa de cooperação técnica da

Comissão Européia para promover a coesão social na América Latina, através do intercâmbio de experiências entre as administrações públicas responsáveis pela educação, justiça, área fiscal e saúde. Para a sua realização todo suporte está sendo pelo Governo do Brasil, através da Receita Federal do Brasil – RFB / 3ª Região Fiscal e da Escola de Administração Fazendária – ESAF, e pelo Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria da Fazenda – SEFAZ.

Neste Seminário, além do Brasil, participam representantes de países latinoamericanos, tais como: Argentina, Chile, Costa Rica, Equador, Guatemala e Peru. Dentre os objetivos destaque-se o de gerar um debate público, que sensibilize os atores relevantes da política nacional, sobre a importância de estabelecer canais de comunicação permanentes com os setores civis da sociedade. Para tanto serão discutidos os seguintes temas e casos concretos: Gastos tributários; Controle Externo e Social; Transparência e Ferramentas Tecnológicas.

Na solenidade de abertura, compuseram a mesa oficial a representante do EUROSocial e Gerente Sênior de Projetos do Inwent, da Alemanha, Katja Grunow; o

Superintendente Adjunto da Receita Federal do Brasil, 3ª Região Fiscal, João Carlos de Oliveira Diógenes; o Secretário Adjunto da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará – SEFAZ, João Marcos Maia, e a presidenta da Comissão de Gestão Fazendária – COGEF, órgão vinculado ao Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, Sandra Maria Olímpio Machado.

INTEGRAÇÃO

“Esse evento reputamos de extrema importância, pois a razão de ser do Estado é buscar as melhorias sociais, promover o bem estar social, do contrário não faria sentido. Neste seminário serão trocadas experiências de diversos países, em busca da correta aplicação dos recursos que são gerados da própria sociedade e, portanto, devem retornar em forma de benefícios. Essa discussão e integração justificam a grandeza desse evento”, disse o Superintendente Adjunto da RFB, 3ª Região Fiscal, João Carlos de Oliveira Diógenes.

Ele ressaltou também os 15 anos do Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF, em parceria com os órgãos arrecadadores estaduais e municipais. No Ceará o programa vem colhendo resultados positivos, resultando na criação do Grupo de Educação Fiscal – GEFE, constituído pela SEFAZ (pioneira pela criação do PEF Ceará), a própria Receita Federal, a Secretaria de Educação do Estado e a do Município e ainda pela Secretaria de Finanças do Município de Fortaleza – SEFIN. “O programa é fundamental para mudar o comportamento não só do ponto de vista interno, dos funcionários públicos, mas sobretudo, para estimular a conscientização da sociedade, quanto a seus direitos e deveres”, frisou João Carlos.



DESAFIO

O Secretário Adjunto da SEFAZ, João Marcos Maia, frisou que o estado burocrático tanto pode alavancar como emperrar o desenvolvimento, pelo volume de leis e exigências atuais. “Não basta que a sociedade, em um determinado momento participe de algumas oficinas de planejamento e se propale isso. Temos que trazer a sociedade efetivamente para o controle social, aperfeiçoar os mecanismos de controle externo para que possam efetivamente contribuir no combate à ineficácia e à ineficiência, à prática da corrupção, focar nos resultados. Os governos são cobrados pelos resultados que geram e, nós administradores públicos estamos engessados pela burocracia, impedidos de trabalhar de forma mais eficiente, em função de leis elaboradas há 30 anos, quando o contexto social era outro e as atuais tecnologias sequer existiam. Obviamente, que não temos condições de dar as repostas que desejamos. Então coloco esse desafio para todos nós, gerando o efeito multiplicador dessa preocupação e indignação no setor público”, alertou.



COMO SE FAZ

A coordenadora da Assessoria de Desenvolvimento Institucional – ADINS, Sandra Maria Olímpio Machado, que preside a COGEF, frisou que no caso brasileiro a integração entre os três níveis – União, Estados e Municípios – não se concretizará sem que haja a harmonização entre eles. “O Governo Federal iniciou o processo de ampliação da cooperação entre os fiscos brasileiros, um grande desafio em que certamente enfrentamos as mesmas dificuldades, em níveis diferenciados. Por isso, é importante a coesão entre os entes federados, para que não percamos tempo, com os nossos orçamentos já tão apertados e, assim possamos realizar ações conjuntas no sentido de melhorar o desenvolvimento do País. Trabalhando na COGEF com os estados, percebemos um grande empenho da Receita Federal que procura conhecer experiências de sucesso de outros países e também, de estados e municípios. A idéia deste Seminário é discutir como se faz o Orçamento Participativo, ou seja, como incluir a sociedade que é usuária final e de uma maneira consistente. Não é possível dizer que se insere a sociedade, acolhendo sugestões e contribuições, se ela não se vê atendida nas suas demandas, inclusive como se efetivar o papel da sociedade para fins de controle no gasto público dentro do orçamento”.

COESÃO SOCIAL

No Brasil, o tema Orçamento Participativo foi introduzido nos anos 80, na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Desde então, muitos avanços têm se verificado acerca desta prática, muito difundida em nível mundial, com êxito reconhecido como ferramenta geradora de coesão e participação social, assim como de transparência e de fortalecimento da democracia.

A representante do EUROSocial, Katja Grunow, disse que o Setor Fiscal se articula por meio de um consórcio de instituições europeias e da América Latina, lideradas pelo Instituto de Estudos Fiscais da Espanha, tendo como objetivo influir sobre políticas públicas e práticas institucionais de gestão, que no âmbito fiscal tem repercussão sobre a coesão social.

Segundo ela, estudos realizados nos últimos anos têm demonstrado que incluir os grupos civis na participação e no planejamento participativo, assim como no monitoramento do gasto público são fundamentais para gerar coesão social nas sociedades democráticas. Afinal, a forma com que se planeja e controla o gasto público afeta diretamente a cada cidadão.

Em razão da atualidade deste tema e de sua frequência no debate público, tanto na América Latina como na Europa, se pretende continuar o debate em virtude do impacto positivo que se pode atingir com a introdução do Orçamento Participativo: na luta contra a corrupção, no fortalecimento da confiança nas instituições públicas e na participação da cidadania. “Portanto, é de suma importância contar com um sistema de informação efetivo, que repasse as informações aos setores da sociedade sobre o uso dos recursos estatais, assim como assegurar um diálogo permanente entre os agentes políticos com poder decisório e os cidadãos em geral”, concluiu Katja Grunow, representante do EUROSocial.

O INFORMATIVO SEFAZ é editado pela ASCOM – Assessoria de Comunicação e Ouvidoria. Fechamento: 15/ 9/ 2009 às 15h30

Missão da SEFAZ: Captar recursos financeiros para atender às demandas da sociedade.